



**Sindicato  
Nacional  
do Ensino  
Superior**

# **Relatório e Contas**

# **2016**

*Este documento tem como objetivo providenciar informação contábilística e financeira considerada mais relevante pela Direção do Sindicato Nacional do Ensino Superior (associação sindical de docentes e investigadores) relativamente à atividade desenvolvida no período compreendido entre 1 de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016.*

## ÍNDICE

PREÂMBULO .....	1
1. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DIREÇÃO .....	2
1.1. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DIREÇÃO DO SNESup RELATIVO AO ANO DE 2016 .....	3
I – Na Generalidade .....	3
II – Na Especialidade .....	6
a) Relações Institucionais, Comunicação e Imagem .....	7
b) Política Reivindicativa e Apoio Jurídico .....	8
c) Política Educativa, Organização do Ensino e Pedagogia .....	10
d) Política Científica e Apoio aos Investigadores .....	11
e) Organização Sindical .....	13
f) Gabinete de Estudos e Centro de Documentação .....	14
III – Contas e Pessoal .....	14
a) Análise às Contas relativas ao Período Findo em 31 de Dezembro de 2016 .....	15
b) Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Exercício .....	16
c) Autorizações Concedidas a Negócios entre o Sindicato e a Direção .....	16
d) Situação Perante o Estado e a Segurança Social .....	16
e) Proposta de Aplicação de Resultados .....	17
f) Pessoal .....	17
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	18
3. BALANCETES .....	38

H  
y  
66  
R

## PREÂMBULO

O Sindicato Nacional do Ensino Superior (associação sindical de docentes e investigadores), abreviadamente designado por SNESup, foi fundado em 1989, não filiado nas federações de Professores, frentes da Função Pública e confederações sindicais, sendo a maior organização sindical do Ensino Superior. O SNESup defende, em particular, os interesses socioprofissionais dos docentes do Ensino Superior e dos investigadores independentemente da natureza do seu vínculo, da sua categoria profissional e do seu regime de prestação de serviço. Com mais de 25 anos de história, a Direção do SNESup tem vindo a manter a sua matriz pautando a sua atuação por valores e princípios que visam defender a qualidade do Ensino Superior e Ciência e a dignificação das profissões de docente do Ensino Superior e de investigador enquanto atividades profissionais de elevada qualificação, exigência e responsabilidade.

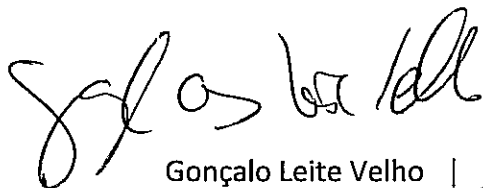
Nos termos dos Estatutos e da legislação vigente, vem a Direção do SNESup com o presente documento relatar a forma como decorreu o exercício do ano de 2016.

Para o efeito foi elaborado, e aqui estamos a submeter à apreciação dos Conselheiros Nacionais e Associados do SNESup, o presente documento que inclui:

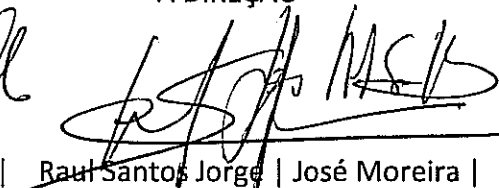
- 1) o Relatório De Atividades da Direção, aprovado por esta na sua reunião plenária do passado dia 11 de março;
- 2) as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2015, documento produzido pelo Técnico Oficial de Contas que trabalha com o SNESup.

Lisboa, em 11 de março de 2016

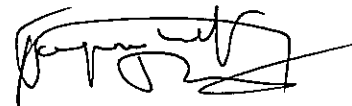
A DIREÇÃO



Gonçalo Leite Velho |  
Presidente da Direção



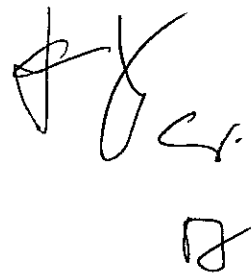
Raul Santos Jorge | José Moreira |  
Vice-Presidentes da Direção



Marc Jacquinet  
Tesoureiro

J Y S.  
D

## **1. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DIREÇÃO**



## **1.1. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DIREÇÃO DO SNESup RELATIVO AO ANO DE 2016**

### **I – NA GENERALIDADE**

O ano de 2016 foi marcado por uma intensa atividade, seguindo um princípio de valorização e dignificação do Ensino Superior e Ciência. Tal atividade produziu-se quer com uma intervenção direta nas diversas instituições de Ensino Superior, incluindo o acompanhamento direto das situações dos colegas docentes e investigadores no ensino superior, quer ao nível da negociação política a nível nacional, com contactos e negociações diretas, quer com o Governo, quer com os diversos partidos políticos, quer no trabalho com outras organizações e movimentos sociais.

Simultaneamente, este foi um ano que permitiu continuar a aperfeiçoar a gestão interna dos serviços do SNESup, com a revisão de contratos de vários fornecedores e a procura de que se negoceiem mais vantagens para os nossos associados.

Em termos nacionais foi desenvolvida a referida estratégia de valorização e dignificação das carreiras académica e científica, procurando-se contrariar o quadro de desvalorização (nomeadamente salarial) predominante nos últimos anos. Tal ação procurou não só ampliar a capacidade de intervenção política, beneficiando da condição de um sindicalismo independente na sua ação, que possui, como tal, interlocutores em todos os partidos com assento parlamentar, com particular ênfase naqueles que se encontram presentes na Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, como também procurando aumentar o apoio na opinião pública, capitalizando e aumentando a presença e visibilidade na comunicação social.

O ano foi marcado pela intenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior em avançar com o regime fundacional, bem como de implementar dois

diplomas: Regras Complementares do Processo de Transição dos Docentes do Ensino Superior Politécnico (Decreto-Lei 45/2016) e Regime de Contratação de Doutorados Destinado a Estimular o Emprego Científico e Tecnológico em Todas as Áreas do Conhecimento (Decreto-Lei 57/2016). Simultaneamente, ao nível do Orçamento de Estado, por intermédio do art.º 19.º da Lei 7A/2016, foi aprovada uma estratégia plurianual de combate à precariedade, que incluía um levantamento de todos os instrumentos de contratação utilizados pelos serviços, organismos e entidades da Administração Pública e do Setor Empresarial do Estado.

O início do ano foi marcado pelo processo de passagem da Universidade Nova de Lisboa (UNL) para o regime fundacional, sendo que o SNESup desenvolveu uma intensa atividade em relação a esta questão. Para tal promoveram-se sessões de esclarecimento quer na Faculdade de Ciências e Tecnologia, quer na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Nestas sessões participaram colegas de outras instituições que já passaram para este regime, dando o seu testemunho do que foram as principais mudanças, bem como um dos nossos advogados, que elucidou sobre as questões jurídico-laborais inerentes. O SNESup participou ainda em reuniões com outras organizações sindicais, associações de estudantes e movimentos sociais, num movimento que demonstrou as desvantagens resultantes do modelo fundacional.

Ainda no início do ano foi negociada a Lei de Orçamento de Estado para 2016. Esta negociação decorreu num período mais tardio dada que a tomada de posse do Governo Constitucional ocorreu já perto do fim do ano de 2015. O SNESup esteve envolvido em intensas rondas negociais, nas quais procurou acautelar a correção de algumas injustiças nas medidas extraordinárias de restrição às valorizações remuneratórias, incluindo a inerente à obtenção do título de agregado, bem como, pela primeira vez, a inclusão de uma norma de vinculação extraordinária dos investigadores que suprem necessidades permanentes no Sistema Científico e Tecnológico Nacional.

O ano de 2016 foi ainda marcado pela reversão dos cortes nos vencimentos dos docentes do ensino superior e investigadores. Apesar desse elemento positivo, tal é ainda escasso para a necessária valorização das carreiras, incluindo o respeito pelos rácios presentes nos estatutos de carreira, o descongelamento e abertura de concursos para as categorias superiores, o posicionamento remuneratório correto dos colegas que vencem concursos para categorias superiores. Matérias a que é fundamental dar resposta.

Em Maio de 2016 o SNESup esteve representado na reunião de partes interessadas da OCDE no setor do Ensino Superior, que ocorreu em Paris, permitindo assim elevar a sua representação institucional e desenvolver mais contactos com organizações

congêneres, bem como outras organizações e agentes internacionais do campo do Ensino Superior.

Em julho, o Governo anunciou a abertura à negociação de um Regime de Contratação de Doutorados Destinado a Estimular o Emprego Científico e Tecnológico em Todas as Áreas do Conhecimento (Decreto-Lei 57/2016). O SNESup procurou, deste o primeiro momento, que tal diploma pudesse significar um processo de integração nas carreiras daqueles que têm vindo a suprir necessidades permanentes no sistema, uma linha que o SNESup tinha procurado introduzir nas negociações do Orçamento de Estado de 2016. Ao mesmo tempo o SNESup denunciou a degradação das condições deste diploma face ao anterior programa Investigador FTC, nomeadamente no que se refere aos níveis remuneratórios, que significavam uma desvalorização do trabalho de investigação, deixando de seguir a paridade com os níveis de carreira. O SNESup demonstrou que se trata de um mecanismo que cria uma carreira paralela assente na precariedade, com contratos a termo (a prazo), ou a termo incerto (os mais frágeis do Código do Trabalho). Foi também criticado o processo de admissão por concursos uninominais, que surgem como um acentuar da degradação da figura dos concursos para admissão, num processo em que o vencedor parece encontrado à partida, ou que pode criar situações de forte injustiça em que o programa de investigação proposto e próprio de um pós-doutorado pode vir a ser desenvolvido por outro candidato numa possível violação dos direitos de autor. Neste processo o SNESup procurou sempre que o diploma passasse a promover duas matérias fundamentais: a resolução do problema de precariedade estrutural no emprego científico (que atinge mais de dois terços dos investigadores) e impedir a desvalorização remuneratória inscrita no diploma para um valor de nível 28 da Tabela Remuneratória Única (TRU). Para tal o SNESup propôs que o diploma significasse uma verdadeira conversão de bolsas em contratos de trabalho, num mecanismo de acesso à carreira, com a transição contratos por tempo indeterminado de todos aqueles que suprem necessidades permanentes do sistema há mais de 5 anos, bem como o estabelecimento da base remuneratória no nível 54 TRU equivalente à base remuneratória da categoria iniciar da Carreira de Investigação Científica.

O processo de negociação das Regras Complementares do Processo de Transição dos Docentes do Ensino Superior Politécnico (Decreto-Lei 45/2016), iniciado pelo Governo também no mês de julho, permitiu dar, finalmente, expressão legislativa a parte da Resolução 53/2016, tendo o Governo protelado o desencadear de igual processo para o ensino superior universitário. Em relação a este processo, o SNESup defendeu a linha de vinculação para todos aqueles que suprem necessidades permanentes, mantendo coerência com o que tem defendido ao longo destes anos em que a precariedade se mantém como elemento estrutural do sistema de Ensino Superior e Ciência. O SNESup demonstrou, também, as falhas presentes no Decreto-Lei 45/2016, procurando

colmatá-las com uma solução justa. Tais falhas vieram a prejudicar vários docentes, muitos dos quais vieram a confrontar-se com uma degradação dos seus contratos, senão mesmo com o seu termo. Uma das situações francamente prejudicial, que abriu um precedente gravíssimo, foi a não transição dos Assistentes e Equiparados a Assistente doutorados para a categoria inicial de Professor Adjunto. Tal situação significou mesmo uma violação de princípios fundamentais do nosso estado de direito, ao pretender legislar medidas extraordinárias de restrição orçamental fora do Orçamento de Estado e de forma contrária a este. O SNESup reagiu sobre esta matéria, apresentando um robusto parecer da autoria da Dra. Celeste Cardoso e do Dr. José Henriques Martins, que demonstra a ilegalidade sustentada por tal norma e o carácter reforçado da exceção incluída no Orçamento de Estado de 2017.

O último trimestre de 2016 foi marcado pela negociação do Orçamento de Estado para 2017. O SNESup chamou a atenção para a situação de subfinanciamento do sistema, o qual possui o valor mais baixo da OCDE em termos de investimento pelo Estado. O SNESup procurou ainda corrigir injustiças resultantes da limitação às progressões remuneratórias, nomeadamente o posicionamento por obtenção da Agregação. Neste ponto conseguimos uma importante vitória, tendo este elemento sido corrigido com base no texto proposto pelo SNESup.

O final do ano de 2016 foi marcado pela contestação à implementação do Decreto-Lei 57/2016 e à necessidade de serem tomadas medidas para resolver a situação de precariedade no setor de Ensino Superior e Ciência. O SNESup apresentou os números oficiais que conseguiu obter por requerimento à Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência. Tal levou a que se iniciasse uma petição pelo fim da precariedade no Ensino Superior e Ciência a qual conseguiu superar as 4.000 assinaturas necessárias para apresentação da mesma em plenário da Assembleia da República.

O ano foi ainda marcado pela não divulgação de resultados de qualquer concurso lançado pela FCT, incluindo Bolsas, Investigador FCT e Projetos de Investigação, escrevendo-se assim mais uma página negra para a Ciência em Portugal.

Durante o ano de 2016 foram mantidos contactos regulares com os diversos grupos parlamentares, bem como com o CRUP e o CCISP, com o Conselho Nacional de Educação e com o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Jy  
Cf.  
B

A Direção do SNESup manteve uma estrutura organizativa composta por seis áreas de responsabilidade: Relações Institucionais, Comunicação e Imagem; Política Reivindicativa e Apoio Jurídico; Política Educativa, Organização do Ensino e Pedagogia; Política Científica e Apoio aos Investigadores; Organização Sindical; Gabinete de Estudos e Centro de Documentação.

Apresentamos em seguida um breve balanço área a área onde sintetizamos o que de mais relevante se destacou durante o ano de 2015.

#### A) RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, COMUNICAÇÃO E IMAGEM

Este foi um ano de reforço na área das Relações Institucionais, Comunicação e Imagem. Por forma a sistematizar da melhor forma a informação relativa a estas atividades iremos primeiro abordar as questões relativas às Relações Institucionais e de seguida as questões de Comunicação e Imagem.

Tal como tem vindo a acontecer até aqui, o ano 2016 foi marcado por várias reuniões institucionais com diversos decisores políticos. Em termos de Governo, o SNESup teve oportunidade de reunir com o ministro da Ciência Tecnologia e Ensino Superior Manuel Heitor e a Secretária de Estado da ministro da Ciência Tecnologia e Ensino Superior Fernanda Rollo, com especial atenção para a negociação dos diplomas 45/2016 (normas complementares para o regime transitório da carreira docente do ensino superior politécnico) e 57/2016 (estímulo ao emprego científico).

O SNESup participou também ativamente nas negociações do Orçamento de Estado para 2016 (que ocorreram mais tarde por via da eleição do novo governo) e para 2017. Tal envolveu um constante contacto com os diversos grupos parlamentares e a audiência em sede da Comissão Parlamentar de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa e Educação e da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência. Graças a esse trabalho conseguiu-se uma importante vitória com a exceção da progressão remuneratória por obtenção da Agregação.

Durante o ano de 2016 o SNESup reuniu também com o CRUP e o CCISP, visando abordar diversos temas relativos ao Ensino Superior e à Ciência. A cisão no interior do CCISP com a saída dos Politécnicos com maior dimensão (Lisboa, Porto e Coimbra) não significou qualquer quebra de contactos.

Este contacto institucional com os dirigentes das Instituições de Ensino Superior foi também mantido em diversas reuniões de negociação de Regulamentos, ou mesmo reuniões de trabalho com diversos Reitores e Presidentes de Institutos Politécnicos.

Relativamente à Comunicação e Imagem o SNESup manteve a parceria com a agência de comunicação IPSI, bem como o serviço de recortes de imprensa "CISION". Foi conseguido um grau muito assinalável de visibilidade na comunicação social, quer quando necessitou de veicular intervenções específicas, quer quando foi procurado para comentar aspetos sobre o Ensino Superior e a Ciência.

A comunicação com os docentes do Ensino Superior e investigadores continuou a basear-se sobretudo no correio eletrónico, através do envio da newsletter InfoSNESup, bem como de comunicados. O site [www.snesup.pt](http://www.snesup.pt) manteve o seu papel de transmitir o trabalho realizado pelo SNESup disponibilizando, com relativa celeridade, as diversas iniciativas do Sindicato, sendo que é utilizado como uma fonte de informação em diversas matérias. Procurou-se uma maior dinamização das suas diversas secções, nomeadamente nas que servem o propósito de base de informação, como sejam as relativas às propostas em negociação, ou à negociação de regulamentos.

A comunicação no site foi reforçada com a atividade e presença mais constante nas redes sociais Facebook e Twitter, sendo regular a partilha de notícias sobre Ensino Superior e Ciência, artigos de opinião e comunicados.

A Ensino Superior - Revista do SNESup não teve em 2016 a mesma periodicidade, mas foi possível relacionar a vida interna do Sindicato com assuntos prementes do Ensino Superior e Ciência.

Partindo da imagem de comemoração dos 25 anos do SNESup foi possível desenvolver a renovação da imagem do Sindicato, com a colaboração da dupla de *designers* "Joana e Mariana", as quais desenharam também uma série de cartazes e material de comunicação.

## B) POLÍTICA REIVINDICATIVA E APOIO JURÍDICO

O apoio jurídico é levado a cabo por uma equipa constituída por dois advogados na cidade de Coimbra, três na cidade de Lisboa e dois na cidade Porto, conta ainda com a colaboração de três funcionárias do SNESUP (Isabel Fonseca em Lisboa, Patrícia Lopes em Coimbra e Isabel Rodrigues no Porto) e é coordenada um membro da Direção. Os profissionais que colaboram com este serviço trabalham diretamente com a direção na

elaboração de propostas tanto de âmbito legislativo como regulamentar, os advogados prestam ainda serviço no acompanhamento dos processos de audição sindical dos instrumentos regulamentares das instituições de ensino superior sobre os quais temos de nos pronunciar. Os advogados avançados são ainda patronos em diversas ações movidas contra o SNESUP.

JCF  
C.  
D

O apoio direto aos sócios é prestado pelo serviço de apoio jurídico on-line” tendo no ano de 2016 sido submetidos e respondidos pelo serviço um total de 549 pedidos de informação. Os advogados prestam ainda aconselhamento presencial, ou via vídeo conferência em Lisboa, Coimbra e Porto, tendo sido realizadas 579 consultas jurídicas presenciais no ano de 2016.

Outra dimensão do serviço de apoio jurídico é representação em tribunal dos nossos associados tanto em processos de defesa de interesses individuais como coletivos.

No que refere à defesa dos interesses coletivos encontram-se ainda a aguardar trânsito em julgado, e sido alvo de múltiplas intervenções, numerosos processos relativos às reduções remuneratórias operadas em 2011, as ações contra diversas instituições de ensino superior relativas a propinas de doutoramento, ao pagamento da retribuição devida aos docentes que obtiveram o grau de doutor nos anos de 2011 e 2012 e que não receberam as remunerações devidas, e ao pagamento de retribuição devida aos docentes que obtiveram o título de agregado no ano de 2011 e a quem não foi paga a remuneração devida. Ainda a propósito das ações relativas ao pagamentos devidos em consequência da obtenção do título de agregado, e às reduções remuneratórias foram feitas inúmeras reclamações a propósito de alguns tribunais terem considerado estas ações como de defesa de interesses individuais e não coletivos, o que penaliza as mesmas ações tanto politicamente com a nível das custas, tendo sido ainda submetido vários pedidos de uniformização de jurisprudência face a diversas sentenças com posições dispares.

Apesar da publicação do o Decreto-Lei nº 45/2016 que revê o regime transitório do ECPDESP, mercê da sua debilidade técnica e da introdução de novas iniquidades, o volume de trabalho do serviço de apoio jurídico, relacionado com esta matéria, sofreu um incremento significativo.

Foram e estão a ser levadas a cabo negociações, com os grupos parlamentares, relativas a alterações ao regime de custas judiciais. O nosso objetivo é o introduzir modificações na lei. Tais alterações visam favorecer o entendimento que ações submetidas por este e outros sindicatos são de defesa do interesse coletivo e não de interesses individuais, ao contrário do que tem acontecido mercê de alterações cirurgicamente feitas na última alteração das leis das custas, que visaram dificultar a ação dos sindicatos através da cobrança aos mesmos de custas judiciais.

g y  
w.  
o

Não foi ainda este ano possível implementar a base de dados do apoio jurídico, sendo este um dos problemas que tem vindo a arrastar e que ainda não tivemos capacidade para solucionar.

No campo da política reivindicativa a ação centrou-se na análise e denúncia dos constrangimentos ao funcionamento das Instituições de Ensino Superior e das Instituições do Sistema Científico Nacional provocados pela austeridade imposta a estas instituições. Relevância semelhante mereceu o regime transitório do ensino superior politécnico, e o Regime do Pessoal Docente e Investigador das Instituições de Ensino Superior Privadas. Em ambos os casos apresentamos propostas de alteração do quadro legal à tutela, e no caso particular do Ensino Privado apresentamos mesmo uma proposta orientadora para o Regime do Pessoal Docente e de Investigação das Instituições Privadas. Acompanhamos também em 2016 com muito cuidado as questões relacionadas com o Estatuto da Carreira de Investigação, e defendemos a alteração do Estatuto do Bolseiro, nomeadamente a transformação em contratos de trabalhos de todos os tipos de bolsas que não sejam de formação académica.

### C) POLÍTICA EDUCATIVA, ORGANIZAÇÃO DO ENSINO E PEDAGOGIA

Durante o primeiro semestre de 2016 foram organizadas duas sessões de esclarecimento e debate nas duas maiores unidades orgânicas da Universidade Nova de Lisboa, mais precisamente na FCT em 18 de Abril e na FCSH em 6 de Junho sobre a passagem daquela universidade para o regime fundacional que se veio a confirmar no final do ano. As sessões foram bastante participadas, sobretudo na FCT, tendo contribuído para o esclarecimento sobre os riscos e efeitos negativos do regime fundacional, bem como constituindo momentos que contrariam as políticas de afastamento dos docentes dos processos de decisão das instituições limitando a participação, a democracia e a representatividade.

No segundo semestre de 2016, após a tomada de posse da nova direção e de acordo com o respetivo programa, foram desenvolvidas as seguintes atividades: elaboração do documento “perfil sociográfico dos docentes e investigadores do ensino superior em 2014/15” que foi divulgado por email e no site do SNESUP, com o objetivo de contribuir para o conhecimento da profissão académica e dos principais desafios que se lhe colocam relacionados com a envelhecimento etário, a precarização do emprego e a ausência de dinâmicas significativas de progressão nas carreiras; preparação de um “livro-negro” das universidade-fundação que permita desmontar a ideia de que são uma solução milagrosa e polivalente para os problemas atualmente existentes ao nível das condições de trabalho e emprego de docentes e investigadores, reunindo textos

que analisem as implicações jurídicas e políticas regime fundacional, bem como testemunhos de colegas que trabalham nesse tipo de instituições.

Adicionalmente, solicitou-se em 2016 informação estatística à Direção Geral do Ensino Superior do Ministério da Educação e Ciência, com o objetivo de caracterizar com maior detalhe os docentes do ensino superior. Esta informação permitiu, nomeadamente, identificar a diversidade e prevalência de diferentes tipos de vínculos contratuais dos docentes e investigadores, o que se revelou relevante para equacionar e apoiar a intervenção sindical.

#### D) POLÍTICA CIENTÍFICA E APOIO AOS INVESTIGADORES

No que respeita à Ciência e aos Investigadores, o ano de 2016 foi marcado pelo posicionamento público do SNESup como o principal agente capaz de catalisar uma alteração profunda na política científica nacional e no modus operandi do SCTN para que se possa combater a precariedade estrutural do emprego científico e aproveitar essas mudanças para desenvolver todo o potencial I&D de Portugal.

Com uma estratégia de antecipação, o SNESup empenhou-se em colocar sob escrutínio público todos os instrumentos legislativos com os quais o governo pretende suportar a sua política científica e manter também em escrutínio público os efeitos e consequências da política implementada pelo Governo. Três objetivos têm norteado as ações do SNESup, nomeadamente:

1) Defender a dignidade do emprego científico em oposição à precariedade crescente dos bolsiros de investigação promovida pelos sucessivos governos e acarinhada pelas instituições do SCTN. O SNESup tem lutado em vários quadrantes da sociedade para que Portugal acabe com a discriminação negativa que tem imposto à maioria das pessoas que se dedicam a tempo inteiro à investigação científica. O SNESup tem-se empenhado em múltiplas iniciativas para que os investigadores, em particular os investigadores doutorados, tenham direito ao emprego com dignidade através dos pressupostos que norteiam o estatuto da Carreira de Investigação Científica. De entre as várias iniciativas destacamos: i) reuniões com o senhor Ministro da Ciência e Ensino Superior para discutir e apresentar propostas relativamente à iniciativa legislativa designada por “um regime de contratação de doutorados destinados a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento” que se traduziu no Decreto-Lei n.º 57/2016, o qual pretende desvalorizar o emprego científico, acabar implicitamente com a carreira de Investigação Científica, implementar de um modo estruturante a precariedade no SCTN; ii) reuniões, em várias instituições, com docentes e investigadores (incluindo com os

bolseiros de gestão de ciência e tecnologia) para catalisar o descontentamento face à política científica vigente e amplificar o apoio social com vista a combater a precariedade do emprego científico; iii) reuniões com os deputados na Assembleia da Republica através da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência e da Comissão parlamentar de Orçamento e Finanças para apresentar propostas concretas e o seu suporte financeiro necessário para a sua implementação; iv) reuniões com os partidos políticos com representação parlamentar para os consciencializar da incapacidade do Decreto-Lei n.º 57/2016 para minimizar a precariedade do emprego científico e da sua habilidade para acentuar ainda mais os desequilíbrios laborais que caracterizam o sistema. Por outras palavras, para os alertar da necessidade e urgência de iniciativas políticas capazes de dignificar as pessoas que trabalham em I&D pois só assim é possível promover, de forma sustentada o desenvolvimento de Portugal; v) difusão regular de notícias através de vários órgãos de comunicação social, incluindo televisão e jornais, para manter o assunto da precariedade dos investigadores na agenda social e política; vi) difusão regular pela rede de Ensino Superior e Ciência, através de comunicados, das propostas defendidas e das iniciativas desenvolvidas pelo SNESup.

2) Travar o desinvestimento em ciência e em recursos humanos para que o futuro de Portugal não seja hipotecado. Apesar de reconhecer e vincar a necessidade de um reforço no investimento na investigação científica, o SNESup também mostrou/demonstrou ao senhor Ministro da Ciência e Ensino Superior e aos deputados da Assembleia da República que com os fundos disponíveis é possível, no prazo de uma legislatura, contratar com a dignidade do Estatuto da Carreira todos os investigadores doutorados. Assim, mais do que dinheiro é necessária vontade política para alterar o modus operandi do SCTN.

O facto de no presente ano (2017) a FCT não ter aberto um novo concurso para bolsas de pós-doutoramento traduz-se num reconhecimento público de que o governo que já não tem condições políticas para manter o Estatuto do Bolseiro de Investigação como o principal instrumento de contratação de investigadores doutorados. Dado que o essencial permanece por concretizar, Decreto-Lei n.º 57/2016, publicado em Agosto de 2016 e atualmente em discussão na Assembleia da Republica, não cumpre a necessidade de acabar (ou pelo menos minimizar) precariedade laboral dos trabalhadores em investigação científica Portugal, o SNESup continua a lutar por este desígnio. Independentemente do modo de contratação (regime público versus regime privado), o SNESup não abdica do pressuposto que os investigadores devem ter uma carreira digna pelo que toda e qualquer contratação deve ser enquadrada no Estatuto da Carreira de investigação científica. Exigimos instrumentos financeiros para apoiar e incentivar as instituições do SCTN (em particular as públicas) na contratação dos investigadores doutorados, as quais deveriam ter sempre um corpo de investigadores com vínculos estáveis no sentido de promoverem e sustentarem as suas atividades I&D. Temos também vincado a necessidade de se alterar o Estatuto do Bolseiro de

JGJ  
CS  
R

Investigação no sentido de ilegalizar a contratação de investigadores doutorados através de bolsas de investigação.

3) Evitar a concentração do investimento público em I&D em apenas algumas áreas do conhecimento e em apenas algumas regiões promovendo concursos públicos para financiar projetos e a unidades de investigação com regras transparentes que garantam a equidade entre áreas científicas e as regiões do país. Devemos salientar que este governo, só em 2017, está a prover o primeiro concurso para projetos, o qual apesar de anunciado pela FCT exige que as candidaturas sejam pelo Portugal H2020; e anunciou um plano para o financiamento das unidades I&D, cujas candidaturas serão também em 2017. Sobre estas matérias, O SNESup posicionou-se no início de 2016 com o documento "O Futuro da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT, I.P.) – A operacionalização de uma política científica", o qual entregou ao senhor ministro da Ciência e Ensino Superior. No entanto, este assunto exige atenção redobrada e iniciativas específicas durante o ano de 2017.

#### E) ORGANIZAÇÃO SINDICAL

O SNESup manteve em 2016 a tendência de aumento do número de sindicalizados, tendo-se sindicalizado 138 docentes e investigadores. Todavia, desvincularam-se 51 associados e aposentaram-se 12. Em 31 de dezembro de 2016 o SNESup totalizava 5087 associados tendo chegado ao associado n.º 6220.

Em 28 e 29 de junho teve lugar a Assembleia Geral eleitoral para os Órgãos Nacionais do SNESup. Os resultados foram apurados no dia 6 de julho, tendo os novos órgãos tomado posse no dia 9 de julho.

A presença das Secções Sindicais em reuniões do Conselho Nacional foi significativamente participada em alguns momentos no ano de 2016. A rede sindical foi mantida estável, sendo que é necessário reforçar a mesma para uma maior representatividade.

Ainda nesta área de responsabilidade foi dada continuidade ao trabalho que tem vindo a ser realizado com a EISA para desenvolvimento de aplicações e Base de Dados tendo sido realizados ajustes e correções nesta última visando permitir uma otimização da mesma e implementados novos sistemas relacionados com as áreas financeiras e contabilísticas nomeadamente de autorização de despesas e gestão de fornecedores.

Handwritten initials and a signature in the top right corner.

## F) GABINETE DE ESTUDOS E CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Gabinete de Estudos e Centro de Documentação manteve-se em atividade apenas durante o primeiro semestre de 2016 até à tomada de posse de uma nova direção.

No primeiro semestre de 2016 foi divulgado o Relatório “Ensino Superior em Portugal: retrato sociográfico” elaborado com o apoio da funcionária Patrícia Lopes e que tem como objetivo sistematizar sucintamente um conjunto de indicadores estatísticos, de modo a caracterizar alunos, docentes e diplomados do ensino superior português, privilegiando a análise da evolução registada durante os primeiros anos do século XXI. A divulgação do relatório foi realizada via email e site do SNESUP disseminando informação estatística sobre a evolução do setor que permite conhecimento rigoroso sobre o mesmo entre os docentes e investigadores.

Na sequência de diversos contactos desenvolvidos ainda durante o ano de 2015 com o objetivo de encontrar apoios financeiros para as atividades e/ou de estabelecer parcerias com entidades externas, concretizou-se um acordo com uma equipa de investigadores do CIPES (Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior) liderada pela colega Teresa Carvalho (Universidade de Aveiro). Nesse acordo, está previsto que o SNESUP possa apoiar a recolha de dados empíricos no âmbito do projeto internacional “Academic Profession in Knowledge Society” durante o ano de 2017, participando posteriormente na análise, debate e divulgação dos resultados que vierem a ser obtidos na inquirição por questionário aos académicos portugueses. Este acordo deverá ser formalizado através de um protocolo a estabelecer entre o SNESUP e o CIPES que defina as responsabilidades e áreas de atuação de cada uma destas duas entidades no quadro do projeto de investigação mencionado.

## III – CONTAS E PESSOAL

Apresentamos em seguida um breve balanço relativo às contas e pessoal onde sintetizamos o que de mais relevante se destacou durante o ano de 2016.

## A) ANÁLISE ÀS CONTAS RELATIVAS AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Quanto às contas do SNESup relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2016, o resultado líquido do período foi negativo em 48.892,73 Euros, o que representa uma diminuição significativa em relação ao ano anterior, no qual foi registado um resultado líquido negativo de 54.160,36 Euros.

No que diz respeito aos gastos, podemos constatar uma diminuição importante dos serviços centrais (Sede e serviços centrais) que passou de 244.462,71 Euros em 2015 para 217.329,17 Euros em 2016, o que representa uma diminuição de 27.133,55, ou seja uma diminuição de 11,10 %. Também se pode indicar que houve uma diminuição dos gastos relacionados com a revista dado que houve menos um número a sair em 2016 do que em 2015.

No entanto, devido ao aumento de vários elementos do balanço e dos custos de custos (Assembleia Geral, apoio jurídico, Conselho Nacional, entre os principais centros de custos) os gastos globais só diminuíram 3,44%, passaram de 716.167,20 Euros para 691.740,40 Euros (ou seja uma diferença de 24.426,80 Euros).

Deve ser destacado o aumento dos gastos com a Assembleia Geral que passou de 1880,80 em 2015 para 14.982,27 Euros em 2016, o aumento dos gastos de apoio jurídico que passaram de 216.887,30 para 236.405,06 Euros em 2016, ou seja um aumento de 9%.

Houve uma ligeira diminuição das receitas totais, passando de 662.006,84 Euros em 2015 para 643.310,05 Euros em 2016. Esta diminuição deve-se a uma descida das taxas de juros que são a principal receita dos haveres financeiros do sindicato, constituídos sobretudo por depósitos a prazo. Também não houve, como em 2015, os ganhos de 18.310,36 Euros devido a uma reversão e a venda de ativos financeiros do banco BEST que geraram este resultado positivo excecional.

Há que salientar ainda o aumento ligeiro das receitas de quotas que passaram de 630.686,21 Euros em 2015 para 637.193,59 Euros em 2016, ou seja um aumento de 6.507,38 Euros. Este aumento deve-se, à reposição dos salários nos meses de outubro a dezembro, em grande parte, e ao esforço de sindicalização.

É de notar, devido sobretudo à baixa das taxas de juros, de uma diminuição dos resultados financeiros que são positivos e passaram de 13.010,27 para 6.116,46 Euros.

Cabe ainda informar que o valor do fundo de greve subiu de 425.657,28 Euros em 2015 para 436.727,28 Euros em 2016. Salienta-se que a Direção continua a desenvolver esforços para o reembolso dos vários sócios que beneficiaram deste fundo no passado (ver Demonstrações Financeiras). Neste momento, o valor do fundo

de greve de 436.727,28 Euros está integralmente coberto pelos depósitos bancários junto da Caixa Geral de Depósitos, do Montepio e do Banco Popular.

Há, ainda, a salientar dois aspetos positivos: primeiro e como nos anos anteriores, um aumento das sindicalizações que contrapõem a baixa dos rendimentos e os cortes nas Instituições do Ensino Superior que limitam a margem de manobra no que toca à margem salarial e às contratações; e segundo, um ligeiro aumento das receitas de quotas devido a uma reposição salarial parcial e depois no sentido de uma reposição quase integral no ano passado, como se verificou de outubro a dezembro de 2016.

Em síntese, em termos financeiros:

	2015	2016
<b>Rendimentos</b>	662.006,84 Euros	<b>643.310,05 Euros</b>
<b>Gastos</b>	716.167,20 Euros	<b>692.202,78 Euros</b>
<b>Resultados</b>	-54.160,36 Euros	<b>-48.892.73 Euros</b>

Encontram-se mais adiante no presente documento, em particular no Capítulo 3 (Demonstrações Financeiras), os mapas que compõem as Demonstrações Financeiras do Período de 2016 e que permitem uma leitura mais detalhada das Contas do SNESup relativas ao ano em apreço.

#### B) FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não se registaram quaisquer factos subsequentes a 31 de dezembro de 2016, que dada a sua relevância devam ser objeto de referência a esta data.


#### C) AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE O SINDICATO E A DIREÇÃO

Não se verificaram quaisquer negócios entre o SNESup e os seus membros da Direção.

#### D) SITUAÇÃO PERANTE O ESTADO E A SEGURANÇA SOCIAL

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Cumpramos declarar que, à data de 31 de dezembro de 2016, não se encontravam em mora quaisquer débitos do Sindicato ao Estado ou à Segurança Social.



#### E) PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Direção propõe que o resultado líquido negativo do exercício de 2016 no montante de 48.892.73 Euros seja transferido para Resultados Transitados.

#### F) PESSOAL

Relativamente ao pessoal, o número de funcionários do SNESup manteve-se inalterado em 2016. Apenas uma nota para a ausência de uma funcionária afeta à sede de Lisboa durante os primeiros meses de 2016 por motivo de licença de maternidade tendo sido possível a redistribuição das suas tarefas por outros funcionários que, apesar da sobrecarga de trabalho que esta situação implicou, conseguiram manter o regular funcionamento do Sindicato e que aqui publicamente reconhecemos.

Handwritten marks or initials in the top right corner, possibly including the letters 'TC', 'S', and 'R'.

## 2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## Demonstração de Resultados por Natureza em 31/12/2016

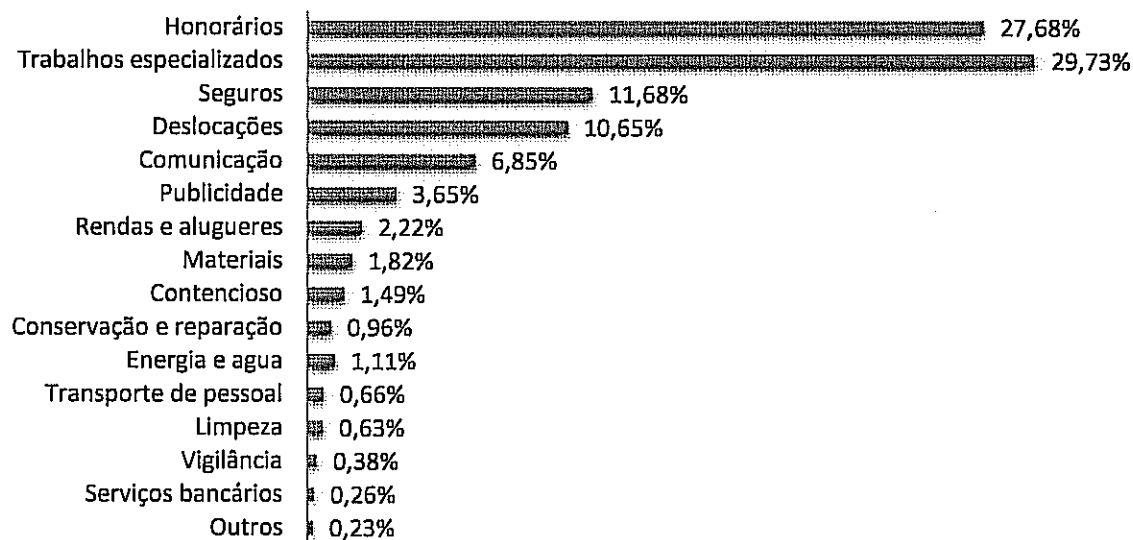
Demonstração dos Resultados por Naturezas -  
(modelo para ESNL) do período findo em 31-12-  
2016  
(montantes em euros)

SINDICATO NACIONAL DO ENSINO  
SUPERIOR

*Handwritten signature and initials*

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	9	637.193,59	630.686,21
Fornecimentos e serviços externos	16.14	(492.622,01)	(470.102,52)
Gastos com o pessoal	14	(178.607,55)	(185.548,58)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	(462,27)	(2.032,61)
Aumentos/reduções de justo valor			(19.020,00)
Outros rendimentos e ganhos	16.15	6.116,46	13.010,27
Outros gastos e perdas	16.16	(5.160,03)	(24.798,24)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>(33.541,81)</b>	<b>(57.805,47)</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(15.350,92)	(14.665,25)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>(48.892,73)</b>	<b>(72.470,72)</b>
Gasto líquido de financiamento			18.310,36
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(48.892,73)</b>	<b>(54.160,36)</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(48.892,73)</b>	<b>(54.160,36)</b>

### Fornecimentos e serviços externos



## Balanço em 31/12/2016

Balanço - (modelo para ESNL) em  
31-12-2016  
(montantes em euros)

SINDICATO NACIONAL DO  
ENSINO SUPERIOR

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2016	2015
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	766.574,16	774.610,18
Ativos intangíveis	6	1.444,38	2.999,40
Outros ativos financeiros	16.1	112,82	62,90
		<b>768.131,36</b>	<b>777.672,48</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Adiantamentos a fornecedores	16.9	14,31	
Estado e outros entes públicos	16.10	305,14	648,42
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	16.2	877,78	1.414,47
Outras contas a receber	16.4	14.142,22	32.471,03
Diferimentos	16.5	34,01	3.720,75
Outros ativos financeiros	16.6	129.000,00	124.830,00
Caixa e depósitos bancários	16.7	761.240,63	764.888,87
		<b>905.614,09</b>	<b>927.973,54</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.673.745,45</b>	<b>1.705.646,02</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Reservas	16.8	1.436.833,83	1.436.233,83
Resultados transitados	16.8	53.463,95	107.624,31
Excedentes de revalorização	16.8	162.434,51	162.434,51
Resultado líquido do período	16.8	(48.892,73)	(54.160,36)
<b>Total do fundo de capital</b>		<b>1.603.839,56</b>	<b>1.652.132,29</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	16.9	2.038,09	35,55
Estado e outros entes públicos	16.10	7.901,58	7.010,99
Outras contas a pagar	16.11	59.966,22	46.467,19
		<b>69.905,89</b>	<b>53.513,73</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>69.905,89</b>	<b>53.513,73</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>1.673.745,45</b>	<b>1.705.646,02</b>

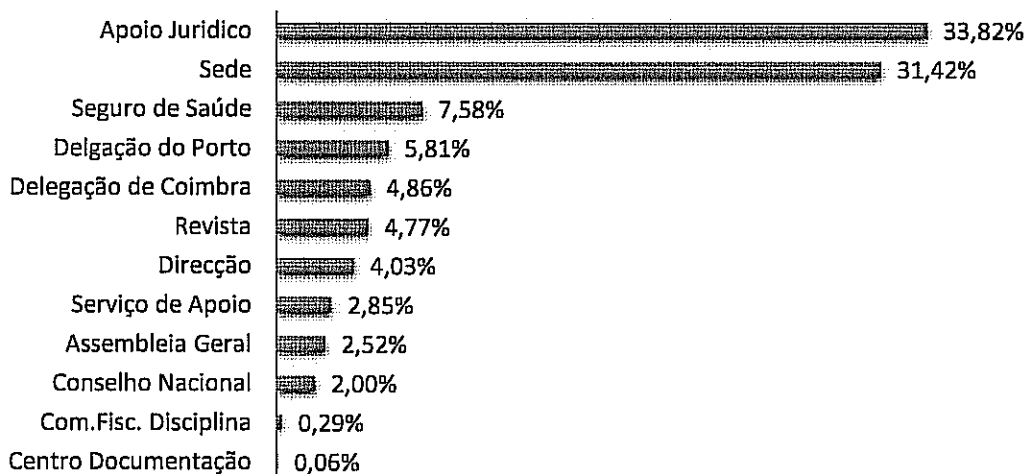
## Distribuição de gastos por centro de custo

SINDICATO NACIONAL DO ENSINO SUPERIOR, 2016

### Distribuição de Gastos por Centro de Custo

Centros de Custo	CC	FSE	Pessoal	Amort	Dutros Gasto	Total 2016	Total 2015	Evolução	%
<b>Sede e serviços</b>									
Sede e serviços centrais	111	72.057,09	129.040,18	11.290,38	4.941,58	217.329,17	244.462,72	-27.133,55	-11,10%
<b>Delegações</b>									
Porto	121	15.353,08	24.654,06	161,43		40.168,57	39.752,23	416,34	1,05%
Coimbra	122	5.456,63	24.613,31	3.463,83	116,08	33.649,85	40.180,08	-6.530,23	-16,25%
<b>Gabinete de Estudos</b>	13	0,00	0,00	435,28	0,00	435,28	435,27	0,01	0,00%
<b>Funcionamento dos Órgãos Nacionais</b>									
Assembleia Geral	21	17.430,27				17.430,27	1.880,80	15.549,47	826,75%
Conselho Nacional	22	13.815,09			0,06	13.815,15	11.025,53	2.789,62	25,30%
Direcção	23	27.843,72			0,10	27.843,82	30.968,62	-3.124,80	-10,09%
Comissão Fiscal e Discip.	24	1.973,81				1.973,81	6.174,09	-4.200,28	-68,03%
Congresso	25						6.916,30	-6.916,30	-100,00%
<b>Informação e promoção</b>									
Revista	31	32.860,16			102,00	32.962,16	38.753,76	-5.791,60	-14,94%
Ser. Apoio	33	19.746,52			0,08	19.746,60	23.586,00	-3.839,40	-16,28%
Inf. E Prom n/espec	39								
<b>Apoio a sócios</b>									
Apoio jurídico	41	233.657,04	300,00		0,02	233.957,06	216.887,30	17.069,76	7,87%
Seguro de associados	42	52.428,66				52.428,66	54.344,50	-1.915,84	-3,53%
Apoio ind. A sócios-Greve	44								
<b>Iniciativas</b>									
Encontros/conferências	563						800,00	-800,00	-100,00%
<b>Total</b>		<b>492.622,01</b>	<b>178.607,55</b>	<b>15.350,92</b>	<b>5.159,92</b>	<b>691.740,40</b>	<b>716.167,20</b>	<b>-24.426,80</b>	<b>-3,41%</b>

## Centros de custo



## Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais

*Handwritten signature and initials:*  
 [Signature]  
 C.S.  
 R

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-12-2016  
 (montantes em euros)

SINDICATO NACIONAL  
 DO ENSINO SUPERIOR

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundo de greve e solidariedade	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	6	425.657,28	1.010.576,55	-107.624,31	162.434,51	54.160,36	1.652.132,29
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	7			-54.160,36		54.160,36	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8					-48.892,73	-48.892,73
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8					5.267,63	-48.892,73
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO		600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00
	10	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	6+7+8+10	426.257,28	1.010.576,55	53.463,95	162.434,51	48.892,73	1.603.839,56

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundo de greve e solidariedade	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	6	421.684,53	1.010.576,55	-91.545,36	66.232,07	53.102,34	1.353.845,55
ALTERAÇÕES NO PERÍODO		0,00	0,00	199.169,67	96.202,44	53.102,34	348.474,45
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					-54.160,36	-54.160,36
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3					-1.058,02	294.314,09
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO		3.972,65	0,00	0,00	0,00	0,00	3.972,65
	5	3.972,65	0,00	0,00	0,00	0,00	3.972,65
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	6=1+2+3+5	425.657,18	1.010.576,55	107.624,31	162.434,51	54.160,36	1.652.132,29

## Anexo

### 1. Identificação da Entidade

O Sindicato Nacional do Ensino Superior é uma instituição sem fins lucrativos sob a forma de Associação de Docentes e Investigadores com estatutos publicados no Boletim do Trabalho e Emprego, 3ª Série, nº 24, de 30 de Dezembro de 1989, com sede na Av. 5 de Outubro, nº 104-4º, Lisboa.

Constituem objectivos do Sindicato:

- Defender e dignificar, em geral, o exercício da docência e da investigação científica;
- Defender, em particular, os interesses sócio-profissionais dos docentes e investigadores do ensino superior independentemente da natureza do seu vínculo, da sua categoria profissional e do seu regime de prestação de serviço;
- Promover o estudo das questões relacionadas com a educação e investigação científica em geral, e com o ensino superior em particular;
- Fomentar a convivência intelectual e a solidariedade profissional entre docentes e investigadores das várias áreas científicas e das várias regiões do país e igualmente entre docentes e investigadores nacionais e estrangeiros.

### 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos documentos e demais registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCFR-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por :

- Bases para a apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 105/2011 de 14 de Março;
- Código de contas (CC) – Portaria nº 106/2011 de 14 de Março;
- NCFR-ESNL – Aviso nº 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI)

### **3. Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### ***3.1. Bases de Apresentação***

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

##### ***3.1.1. Continuidade***

Com base na informação disponível e as expectativas futuras a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto, tão só, não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### ***3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)***

Os efeitos das transições e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram, ou seja no momentos em que se recebe (vide extracto bancário) o rédito, satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, sendo no final do ano ajustado, no respeito pelo princípio da especialização de exercícios, acabando por isso por serem registados contabilisticamente e relatados nas Demonstrações Financeiras nos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivos contas das rubricas "Devedores por acréscimo de Rendimentos", "Credores por Acréscimo de Gastos" e "Diferimentos".

##### ***3.1.3. Consistência da apresentação***

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de 2015 para 2016, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### **3.1.4. Materialidade e Agregação**

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.5. Compensação**

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### **3.1.6. Informação comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da continuidade da Entidade as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito em toda a Entidade e aos longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação

## **3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

### **3.2.1. Activos Fixos Tangíveis (NCRF 7)**

Os "Activos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidades acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem na forma pretendida.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com a manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

dy  
2  
0

#### **Vidas úteis e taxas de amortização usadas nos activos tangíveis**

<b>Descrição</b>	<b>Vida útil estimada (anos)</b>
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	10
Equipamento administrativo	5

#### **3.2.2. Activos Intangíveis (NCRD 6)**

Os "Activos Fixos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas assim que os activos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

#### **Vidas úteis e taxas de amortização usadas nos activos intangíveis**

<b>Descrição</b>	<b>Vida útil estimada (anos)</b>
Programas computacionais	3
Propriedade industrial-marcas	3

#### **3.2.3. Activo Corrente**

##### Associados/membros ( Nota 16.2 )

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de Associados/membros encontram-se com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade. Estão registados no activo pela quantia realizável admitindo-se que são ainda recuperáveis quando a idade do saldo não vai além dos 3 meses seguintes à suspensão do pagamento do sócio.

##### Outras contas a receber (Nota 16.4)

As " Outras contas a receber " encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “ Perdas por Imparidade ” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados.

#### Outros activos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiros, quando mensurados ao custo, menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

#### Caixa e Depósitos Bancários ( Nota 16.7)

A rubrica “ Caixa e depósitos bancários ” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco de flutuações de valor, sendo evidente a queda significativa da taxa e juro para 0,6% ao ano, situação que acompanha a tendência do actual mercado financeiro para este tipo de aplicação.

#### **3.2.4. Fundos Patrimoniais**

Os fundos Patrimoniais são compostos conforme discriminação na nota 16.8.

#### **3.2.5. Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data, nada havendo contudo a registar nesta rubrica.

Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### **3.2.6. Financiamentos Obtidos**

#### **Empréstimos obtidos**

A Entidade não usufrui de Financiamentos.

### **3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos**

Nos termos dos Artigo 55º do EBF, ficam isentas de IRC, excepto no que respeita a rendimentos comerciais, industriais ou agrícolas e de capitais:

- a) As pessoas colectivas públicas, de tipo associativo, criadas por lei para assegurar a disciplina e representação do exercício de profissões liberais;
- b) As confederações e associações patronais e sindicais.

Nos termos do nº 19 do Artº 9º do Código do IVA, estão isentas de IVA " As Prestações de Serviços e as Transmissões de Bens com elas conexas, efectuadas no interesse colectivo dos seus Associados por Organismos sem finalidade lucrativa, desde que esses Organismos prossigam objectivos de natureza sindical... e a única contraprestação seja uma quota fixada nos termos dos Estatutos".

## **4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

Não se verificaram efeitos resultantes de alteração voluntária das políticas contabilísticas.

## **5. Activos fixos tangíveis**

### **Bens do domínio público**

A Entidade não usufrui de " Activos Fixos Tangíveis " do domínio público.

Handwritten initials/signature in the top right corner.

Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro apoiado no mapa de depreciações.

	Saldo em 01/01/2016	Aquisições/Am ortizações	Regularizações	Revalorizações	Saldo em 31/12/2016
<b>Custo</b>					
Terrenos	192.000,00		44.625,00		236.625,00
Edifícios e outras construções	579.970,59	5.759,88	-44.625,00		541.105,47
Equipamento básico	3.370,94				3.370,94
Equipamento administrativo	230.956,58				230.956,58
Outros activos fixos tangíveis	4.715,12				4.715,12
<b>Total</b>	<b>1.011.013,23</b>	<b>5.759,88</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.016.773,11</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Edifícios e outras construções	128.470,33	10.822,11			139.292,44
Equipamento básico	2.971,19	79,95			3.051,14
Equipamento administrativo	100.246,41	2.893,84			103.140,25
Outros activos fixos tangíveis	4.715,12				4.715,12
<b>Total</b>	<b>236.403,05</b>	<b>13.795,90</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>250.198,95</b>
<b>Activos fixos tangíveis ( Líquido)</b>					<b>766.574,16</b>

Propriedades de investimento

A Entidade não detém de " Propriedade de Investimento ".

**6. Activos intangíveis**

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de " Activos Fixos Intangíveis " do domínio público.

Activos Fixos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro apoiado no mapa de depreciações.

JCF  
E.V.  
D

	Saldo em 01/01/2016	Aquisições/A mortizações	Regularizações	Revalorizações	Saldo em 31/12/2016
<b>Custo</b>					
Programas de computador	42.682,42				42.682,42
Propriedade industrial	8.579,76				8.579,76
<b>Total</b>	<b>51.262,18</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>51.262,18</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Programas de computador	39.683,35	1.555,02			41.238,37
Propriedade industrial	8.579,43				8.579,43
<b>Total</b>	<b>48.262,78</b>	<b>1.555,02</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>49.817,80</b>
<b>Activos fixos intangíveis ( Líquido)</b>					<b>1.444,38</b>

### 7. Locações

A Entidade não detém activos adquiridos com recurso à locação financeira.

### 8. Custos de empréstimos obtidos

A Entidade não dispõe de quaisquer empréstimos obtidos.

### 9. Rédito

Para os períodos de 2015 e 2016 foram reconhecidos os seguintes réditos:

Descrição	2016	2015
Prestações de Serviços	637.193,59	630.686,21
Outros Rendimentos e Ganhos	0,00	13.010,27
Juros	6.116,46	18.310,36
<b>Total</b>	<b>643.310,05</b>	<b>662.006,84</b>

### 10. Passivos contingentes, activos contingentes e imparidades

Passivos contingentes e Activos contingentes

Nos períodos em análise de 2015 e 2016 não se registaram Passivos contingentes nem Activos contingentes.

dy  
4  
PO

Imparidades

Perdas por imparidade	31-12-2016			31-12-2015		
	Aumentos	Reduções	Perdas	Aumentos	Reduções	Perdas
Associados/membros - quotas	19.117,11	18.654,84	462,27	18.654,84	16.622,23	2.032,61
Associados/membros - P. Lopes	26.252,67	26.252,67	0,00	26.252,67	26.252,67	0,00
Associados/membros - J. Peixe	4.150,00	4.150,00	0,00	4.150,00	4.150,00	0,00
Seguro Saude ( Mod-II)	8.563,61	8.563,61	0,00	8.563,61	8.563,61	0,00
<b>Totais</b>	<b>58.083,39</b>	<b>57.621,12</b>	<b>462,27</b>	<b>57.621,12</b>	<b>55.588,51</b>	<b>2.032,61</b>

Reversões	31-12-2016			31-12-2015		
	Aumentos	Reduções	Perdas	Aumentos	Reduções	Perdas
Financ.s a associados/membros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financ.s a associados/membros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Totais</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b>Total Liquido</b>	<b>58.083,39</b>	<b>57.621,12</b>	<b>462,27</b>	<b>57.621,12</b>	<b>55.588,51</b>	<b>2.032,61</b>
----------------------	------------------	------------------	---------------	------------------	------------------	-----------------

**11. Subsídios do Governo e apoios do Governo**

A 31 de Dezembro de 2016 bem como em 2015 a Entidade não tinha saldos nas rubricas de " Subsídios do Governo " e " Apoios do Governo ".

**12. Efeitos de alterações em taxas de câmbio**

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2014 a Entidade não teve operações com taxas de câmbio.

**13. Imposto sobre o rendimento**

Não houve imposto contabilizado nos termos do código do IRC, por Associações Sindicais estarem isentas de imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas.

**14. Benefícios dos empregados**

Os órgãos directivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 foi de oito.

Os gastos que a entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remuneração ao pessoal	145.446,21	152.147,70
Encargos sobre remunerações	30.155,40	30.975,85
Seguro de Acidentes	1.570,44	1.299,55
Outros gastos	1.435,50	1.125,48
<b>Total</b>	<b>178.607,55</b>	<b>185.548,58</b>

Handwritten signature and initials in the top right corner.

### 15. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dividas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80 de 7 de Novembro.

Dando cumprimentos ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91 de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada a 31 de Dezembro de 2016 e, bem assim em 15/03/2017, conforme declaração emitida pela Segurança Social.

### 16. Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

#### 16.1. Investimentos Financeiros

Os activos financeiros classificados como Activo não Correntes, reportam-se às importâncias aplicadas, por disposições legais e obrigatórias a vigorar em Portugal desde 2015, no âmbito do Fundo de Compensação sobre o Trabalho. À data deste reporte estavam aplicados 112,82€.

#### 16.2. Associados/Membros

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a Entidade apresentava os seguintes saldos:

Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de activos a perdas de imparidade	31-12-2016			31-12-2015		
	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas
<b>Activo</b>						
Associados/membros - quotas últimos 3 meses	19.117,11	19.117,11	0,00	18.654,84	18.654,84	0,00
Associados/membros - Seg. Saúde ( Mod II ) 1997-2002	8.563,61	8.563,61	0,00	8.563,61	8.563,61	0,00
Financiam. Concedidos a associados/membros ( Paulo Lopes e José Peixe )	31.280,45	30.402,67	877,78	31.817,14	30.402,67	1.414,47
<b>Total</b>	<b>58.961,17</b>	<b>58.083,39</b>	<b>877,78</b>	<b>59.035,59</b>	<b>57.621,12</b>	<b>1.414,47</b>

**16.3. Clientes e Utentes**

Nos períodos de 2016 e 2015, esta rubrica não regista saldos.

**16.4. Outras contas a receber**

A rubrica " Outras contas a receber " tinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 a seguinte composição:

Descrição	2016	2015
Adiantamentos ao pessoal	2.115,50	1.900,00
Devedores por acréscimo de rendimentos	9.131,66	23.590,69
Fornecedores	1.249,82	14,31
Credores por acréscimo de gastos	0,00	1.793,34
Outros devedores	1.645,24	5.172,69
<b>Total</b>	<b>14.142,22</b>	<b>32.471,03</b>

**16.5. Diferimentos**

A rubrica " Diferimentos " tinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 a seguinte composição:

Descrição	2016	2015
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Aplicação gestão associados	0,00	1.691,25
Supra estrutura informática	0,00	2.029,50
Seguros	34,01	0,00
<b>Total</b>	<b>34,01</b>	<b>3.720,75</b>

**16.6. Instrumentos Financeiros**

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os seguintes instrumentos financeiros:

Descrição	2016	2015
EUR 3Y USA PRICE TARGET	30.000,00	23.100,00
3Y BULLISH BRAZILLIAN		29.100,00
SG DUAL ISTOXX EUR Quality (obrig)	30.000,00	12.600,00
Novo Banco London-Portador	69.000,00	60.030,00
<b>Total</b>	<b>129.000,00</b>	<b>124.830,00</b>

*Handwritten signature and initials in the top right corner.*

*Handwritten signature and initials:*  
 J. Y.  
 L.  
 R.

**16.7. Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica "Caixa e Depósitos Bancários" à Ordem e a Prazo tinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 a seguinte composição:

Descrição	2016	2015
Caixa	310,95	26,51
Depósitos à ordem	655.929,68	654.862,36
Depósitos a prazo	105.000,00	110.000,00
<b>Total</b>	<b>761.240,63</b>	<b>764.888,87</b>

**16.8. Fundos patrimoniais**

Descrição	Saldo em 01/01/2016	Aumentos/Reduções	Aplicação de resultados	Saldo em 31/12/2016
Fundos de greve e solidariedade	425.657,28	600,00		426.257,28
Outras reservas	1.010.576,55			1.010.576,55
Resultados transitados	107.624,31		-54.160,36	53.463,95
Excedentes de revalorização	162.434,51			162.434,51
Resultado líquido	-54.160,36	-48.892,73	54.160,36	-48.892,73
<b>Total</b>	<b>1.652.132,29</b>	<b>-48.292,73</b>	<b>0,00</b>	<b>1.603.839,56</b>

Recursos passíveis de afectação		0,00
Para fundo de reserva - art.º 22 nº 5 alínea a)	70%	0,00
Para fundo de greve e solidariedade - art.º 22 nº 5 alínea b)	30%	0,00

O aumento de 600,00€ na conta de Reservas deve-se ao cumprimento do acordo de pagamento efectuado entre o Sindicato Nacional do Ensino Superior e Rosa Clara de Carvalho Pinto Neves da Conceição Bento relativo a reembolso do empréstimo do Fundo de Greve e Solidariedade.

**16.9. Fornecedores**

O saldo credor da rubrica de "Fornecedores" não apresentava valores no ano de 2015 e em 2016 o seu montante é de 773,96€.

**16.10. Estado e Outros Entes Públicos**

A rubrica de "Estado e Outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Descrição	2016	2015
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre rendimento (retenções)	305,14	648,42
<b>Total</b>	<b>305,14</b>	<b>648,42</b>
<b>Passivo</b>		
Retenções Imp. Sobre Rendimento	4.456,00	3.665,10
Segurança Social	3.440,82	3.345,89
F.C.T. e F.G.C.T.	4,76	0,00
<b>Total</b>	<b>7.901,58</b>	<b>7.010,99</b>

**16.11. Outras Contas a Pagar**

A rubrica " Outras contas a pagar " desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Remunerações a pagar	0,00	0,00
Quotas sindicais	0,00	69,40
Fornecedores de investimentos	0,00	4.332,32
Credores por acréscimo de gastos	25.249,01	41.265,79
Outros credores	34.717,21	799,68
<b>Total</b>	<b>59.966,22</b>	<b>46.467,19</b>

**16.12. Outros Passivos Financeiros**

A Entidade não registou valores nesta rubrica.

**16.13. Aumentos e redução por justo valor**

A Entidade não registou valores nesta rubrica.

**16.14. Fornecimentos e Serviços Externos**

A rubrica de " Fornecimentos e Serviços Externos " está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Serviços especializados	308.664,87	282.857,77
Materiais	8.973,46	8.717,16
Energia e fluidos	5.480,03	4.203,30
Deslocações, estadas e transportes	55.712,26	61.211,77
Serviços diversos	113.791,39	113.112,52
<b>Total</b>	<b>492.622,01</b>	<b>470.102,52</b>

*Handwritten signature and initials.*

**16.15. Outros rendimentos e ganhos**

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Outros rendimentos e ganhos em activos finan.	6.116,46	12.078,75
Correcções do exercício anterior	0,00	903,40
Ganhos em instrumentos financeiros	0,00	28,12
<b>Total</b>	<b>6.116,46</b>	<b>13.010,27</b>

**16.16. Outros Gastos e perdas**

A rubrica de "Outros Gastos e Perdas está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	315,05	22.571,95
Gastos e perdas nos activos financeiros	0,00	1.271,50
Devolução de quotas recebidas	0,00	330,36
Ajustamento adiantamento a associados	0,00	585,48
Regularização de saldos	0,00	38,95
Correcções de exercício anterior	8,49	0,00
Quotizações	1.143,93	0,00
Multas e penalidades	42,93	0,00
Insuficiência de estimativa de férias e sub. Férias	3.649,52	0,00
Juros de mora	0,11	0,00
<b>Total</b>	<b>5.160,03</b>	<b>24.798,24</b>

**16.17. Acontecimentos após a data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de Dezembro de 2016. Assim, após o encerramento do período, e até à elaboração do presente relatório não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Handwritten marks: a circled symbol, a checkmark, and a box.

### 3. BALANCETES

# Balancete Analítico

*Handwritten signature and initials*

SINDICATO NACIONAL DO ENSINO SUPERIOR, 2016

Contribuinte nº 502324937

Emitido por 6 em 10-03-2017 14:33:48

## Balancete Analítico - Contabilidade Geral

Mês: Dezembro

(Euros)

Código	COMTA Designação	VALORES MENSIAIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
		Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Devedores	Credores
11	Caixa	250,37	297,71	4.321,34	4.010,39	310,95	
11.1	Caixa Sede		99,36	1.697,60	1.843,14	44,46	
11.2	Caixa - Delegação do Porto	250,37	121,62	1.612,63	1.554,25	78,38	
11.3	Caixa - Delegação de Coimbra		76,73	801,11	613,00	188,11	
12	Depósitos à ordem	352.371,05	94.416,38	1.529.202,07	673.272,39	655.929,68	
12.1	Caixa Geral de Depósitos	140.690,38	92.732,52	1.040.209,11	750.371,61	289.837,50	
12.2	Novo Banco DO ( 58176817)		11,44	2.293,62	226,45	2.067,16	
12.3	Montepio Geral (C/1095-5)	22.708,30		69.237,62	123,94	69.113,68	
12.5	Banco Popular (BNC) C/600106202	109.572,38	1.675,04	351.514,36	122.423,19	259.091,17	
12.8	C.G.D. - (Custos Judiciais) C/994530			499,00	6,49	492,51	
12.9	BEST-Conta empresa/TRUST (C/ 796009)	450,00	7,39	35.457,36	110,70	35.346,66	
13	Outros depósitos bancários	40.000,00	130.000,00	285.000,00	180.000,00	105.000,00	
13.1	Novo Banco			5.000,00		5.000,00	
13.1.01	Novo Banco-(reg. Tesouraria Premium 5			5.000,00		5.000,00	
13.2	Caixa Geral de Depósitos	40.000,00	30.000,00	150.000,00	60.000,00	150.000,00	
13.2.01	CGD-Empresas Online EM		30.000,00	60.000,00	60.000,00		
13.2.02	CGD-Empresas Online 12M	40.000,00		100.000,00		100.000,00	
13.3	Banco Popular		100.000,00	100.000,00	100.000,00		
13.3.01	Banco Popular Dep.Franco (C/106302-05)		100.000,00	100.000,00	100.000,00		
14	Outros Instrumentos Financeiros	34.170,00		159.000,00	30.000,00	129.000,00	
14.2	Instrumentos financeiros detidos para ne	34.170,00		159.000,00	30.000,00	129.000,00	
14.2.1	Activos financeiros	34.170,00		159.000,00	30.000,00	129.000,00	
14.2.1.2	Obrigações e Títulos Particp.	26.370,00		99.000,00		99.000,00	
14.2.1.2.3	Obrigações Outras Empresas	26.370,00		99.000,00		99.000,00	
14.2.1.2.3.1	BEST	26.370,00		99.000,00		99.000,00	
14.2.1.2.3.1.01	SG DUAL ISTEROX Eur Quality	17.400,00		10.000,00		10.000,00	
14.2.1.2.3.1.02	Novo Banco London Port X50768089729	8.970,00		69.000,00		69.000,00	
14.2.1.9	Outros Títulos	7.800,00		60.000,00	30.000,00	30.000,00	
14.2.1.9.1	BEST-Produtos Estruturados	7.800,00		60.000,00	30.000,00	30.000,00	
14.2.1.9.1.01	3Y Bulish Brazilian	900,00		30.000,00	30.000,00		
14.2.1.9.1.02	Eur 3Y USA Price	6.900,00		30.000,00		30.000,00	
22	Fornecedores	19.915,45	72.404,67	260.336,05	261.010,01	1.264,13	2.038,09
22.1	Fornecedores c/c	19.915,45	72.404,67	260.221,74	261.010,01	1.249,82	2.038,09
22.1.1	Fornecedores gerais	19.915,45	72.404,67	260.221,74	261.010,01	1.249,82	2.038,09
22.1.1.1	Fornecedores gerais - Mercado Nacional	19.915,45	72.404,67	260.221,74	261.010,01	1.249,82	2.038,09
22.1.1.1.0350	Accional Retail, Lda - 912036845			104,78	104,78		
22.1.1.1.0400	Alartec	199,12	199,12	2.128,47	2.128,47		
22.1.1.1.0401	Águas de Coimbra		15,69	84,69	61,69	23,00	
22.1.1.1.0402	Altranis, Lda			956,94	956,94		
22.1.1.1.0403	Águas do Porto		18,19		18,19		18,19
22.1.1.1.0459	Anjos, Martins & Associados	1.645,00	5.535,00	34.410,00	34.678,58		268,58
22.1.1.1.0451	Almeida D' Eça & Associados	2.767,50	2.767,50	17.577,50	17.527,50		
22.1.1.1.0600	Balanço Total, Lda	1.107,00	963,52	3.874,50	3.874,50		
22.1.1.1.1400	CES-Centro de Estudos Sociais			375,00	375,00		
22.1.1.1.1600	CHI-Consumíveis embalagens Pap. Unip, L	245,97	116,14	1.750,27	3.790,27		
22.1.1.1.1620	CLDOC-Com.Equip.escritório, Lda	44,50	19,07	573,20	592,27		19,07
22.1.1.1.1630	Cislen Portugal, S.A.	1.476,00	1.476,00	5.417,00	5.504,00		492,00

SINDICATO NACIONAL DO ENSINO SUPERIOR, 2016

Contabilidade nº 00212+237  
Exercício por 6 mes 12-01-2017 14:31:43

Balancete Analítico - Contabilidade Geral

12/01/2016

R\$ mil

Código	CONTA		VALORES HABILITADOS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
	Designação		Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Débitos	Créditos
22.1.1.1.1011	Corint, Lda				26,90	26,90		
22.1.1.1.1012	Corint, Lda		320,02	370,55	320,02	370,55		
22.1.1.1.1020	CDP-Consórcio, S.A.		417,18	555,55	4.417,31	4.559,45		231,15
22.1.1.1.10210	EPAL			51,39	129,77	320,45		51,39
22.1.1.1.10250	Edimaco-Herak-Extrusões, Lda				112,70	112,70		
22.1.1.1.1030	Fidelidade-Companhia de Seguros, S.A.				59.319,87	59.319,87		
22.1.1.1.1031	Franco 7, Lda - 507102907				73,50	73,50		
22.1.1.1.1032	Farmacêutica Holográfica, S.A. - 500118				1.270,10	1.270,10		
22.1.1.1.1037	Global-Indústrias, S.A.				371,40	393,51		
22.1.1.1.1039	Gráfica Holograma, S.A.				24.311,15	24.311,15		
22.1.1.1.1040	Grupos Reunidos, S.A.		109,17	216,51	140,76			107,17
22.1.1.1.1041	Grúpo A Filhos, Lda			55,50	56,50	55,50		
22.1.1.1.1050	H&M - Imprensa Nacional				1.655,00	1.655,00		
22.1.1.1.1051	IPRIS, S.A.		1.829,00	1.414,00	16.974,00	16.974,00		
22.1.1.1.1051	Insular Cloud, Lda		418,20	418,20	603,64	603,64		
22.1.1.1.1060	Jat Cooler - Águas e Café, S.A.		37,64	50,71	410,34	469,05		50,71
22.1.1.1.1060	Paraná Transmissão, S.A.				30,11	30,11		
22.1.1.1.1070	União Parana		1.045,00	1.045,00	23.940,00	23.940,00		
22.1.1.1.1071	Maedisa, Lda		14,55		14,55			
22.1.1.1.1070	Mediabor		557,15	239,95	2.554,05	3.304,55	776,10	
22.1.1.1.1070	Net-Serv. de Comunicação e Multimídia		276,04	276,04	7.111,00	7.111,43	12,47	
22.1.1.1.1070	Núcleo Agência de Viagens, Lda				1.140,54	1.140,54		
22.1.1.1.1071	Mariana Simões Prates Viegas da Silva				2.714,00	2.214,00		
22.1.1.1.1070	INOS Comunicações, S.A.				2.507,11	2.507,25		25,15
22.1.1.1.1070	Favo Pressas				93,40	93,40		
22.1.1.1.1071	FH Gestão de Contabilidade		501,03	902,00	901,03	501,03		
22.1.1.1.1070	Ferrovial, Lda		93,28	93,28	503,43	503,43		
22.1.1.1.1070	Fisat Ibérica, S.A.		111,93		447,72	447,72		
22.1.1.1.1070	SAGE Portugal - Software, S.A.				251,61	251,61		
22.1.1.1.1070	Serviçosa		193,29	94,14	1.169,57	1.169,57		
22.1.1.1.1070	Seguros da Seren, S.A.				105,00	105,00		
22.1.1.1.1070	Tereza-J, Lda				352,50	352,50		
22.1.1.1.1070	Turim Ibeira		1.002,00	159,00	1.002,00	159,00	843,00	
22.1.1.1.1070	Vepp & Moura & Alzaccara		1.816,00	1.650,00	22.740,00	22.740,00		
22.1.1.1.1070	Vera das Indústrias, Lda				115,00	115,00		
22.1.1.1.1070	Trp Autocres, S.A.		654,10	622,05	564,02	1.267,47		612,45
22.1.1.1.1070	Vozafone		305,20	217,61	1.312,85	1.350,61	137,75	
22.8	Afiliamentos e Atracções de				14,31		14,31	
22.8.2	Adiant. Fomes (Out. Serv. Serv.)				14,31		14,31	
22.8.2.1	Relat.Fomes (IVA Debit. vel)				14,31		14,31	
22.8.2.1.1	Adiant.Fomes Out.0.5ar, Tesoro				14,31		14,31	
22.8.2.1.1.2233	EPAL				14,31		14,31	
23	Fornos		8.366,00	8.878,18	115.179,70	113.000,70	2.179,00	
23.1	Remunerações a pagar		8.346,49	8.753,79	108.543,95	106.643,95		
23.1.1	As pessoal		8.346,49	8.753,79	108.543,95	106.643,95		
23.2	Afiliamentos			424,39	6.635,75	4.356,75	2.278,99	
23.2.1	As pessoal			424,39	6.635,75	4.356,75	2.278,99	
23.8	Outros créditos		20,11	60,40	131,75	131,75		
23.8.2	Com o pessoal		20,11	60,40	131,75	131,75		

Liderado a BALANÇO TOTAL, Contab. e Inf., Lda.

Página: 2

*Handwritten signature and initials:*  
 J. C. W.  
 W

**Balancete Analítico - Contabilidade Geral**  
 Mês: Dezembro

Código	CÉPITA Descrição	VALORES MENSAIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
		Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Débitos	Créditos
24	Estado e Outros Entes Públicos	5.645,37	0,257,94	55.328,79	102.915,23	105,14	7.001,56
24.1	Imposto Sobre o Rendemento	13,34	356,62	561,76	356,62	105,14	
24.1.2	Retenção na fonte	13,34	356,62	561,76	356,62	105,14	
24.2	Retenção de impostos sobre rendimentos	1.635,30	4.056,50	48.716,34	54.174,34		4.950,00
24.2.1	Tributo Dependente	2.658,30	1.044,00	21.610,27	23.221,27		1.611,00
24.2.2	Revd. Profissionais	759,00	2.625,00	26.466,07	28.591,07		2.625,00
24.2.2.1	Revd. Profissionais Residentes	759,00	2.625,00	26.466,07	28.591,07		2.625,00
24.2.4	Previdas	230,00	230,00	2.610,00	2.650,00		230,00
24.2.4.1	Previdas - Rend. Col	230,00	230,00	2.610,00	2.650,00		230,00
24.5	Contribuições para a Segurancia Social	5.011,53	3.440,32	44.629,45	43.340,32		3.440,32
24.7	F.C.T. - F.F.C.T.	4,50	4,50	49,24	0,40		4,50
26	Fundações/associações/clubes/associações	462,27	852,89	58.487,26	63.620,03	58.961,27	59.263,49
26.7	Quotas em atraso (últimos 3 meses)	462,27		19.117,11		19.117,11	
26.7.1	Membros ( quotas em atraso últimos 3 m	462,27		19.117,11		19.117,11	
26.8	Outras Categorias		350,32	40.300,75	535,69	39.844,05	
26.8.9	Outras Categorias		350,32	40.300,75	535,69	39.844,05	
26.8.9.1	Alimentares e associadas (resolução)		350,32	40.300,75	535,69	39.844,05	
26.8.9.1.01	Seguro de Saúde (MODII)-Ano 1997			338,73		316,77	
26.8.9.1.02	Seguro de Saúde (MODII)-Ano 1998			67,00		67,69	
26.8.9.1.03	Seguro de Saúde (MODII)-Ano 1999			2.035,69		2.015,69	
26.8.9.1.04	Seguro de Saúde (MODII)-Ano 2000			1.578,03		1.578,03	
26.8.9.1.05	Seguro de Saúde (MODII)-Ano 2001			3.723,64		2.703,64	
26.8.9.1.06	Seguro de Saúde (MODII)-Ano 2002			1.119,84		1.119,84	
26.8.9.1.07	Paulo Jorge Lopes			26.252,67		26.252,67	
26.8.9.1.08	Nova Categorias		350,32	1.414,47	535,69	877,78	
26.8.9.1.09	José Vitorino Faria			4.159,00		4.159,00	
26.9	Perdas por impendentes acumuladas		462,27		58.007,39		58.007,39
26.9.1	Fundações/Associações e Membros		462,27		19.117,11		19.117,11
26.9.2	Seguro de Saúde - Modelo II				8.533,51		8.533,51
26.9.3	Jose Vitorino Faria				4.150,00		4.150,00
26.9.4	Paulo Jorge Santos Lopes				26.252,67		26.252,67
27	Outras contas a receber e a pagar	40.474,41	74.571,01	197.440,04	242.637,34	12.347,10	61.731,42
27.1	Fornecedores de investimentos	4.308,96	309,99	9.144,00	9.144,00		
27.1.1	Fornecedores de Investimentos - contab. g	4.308,96	309,99	9.144,00	9.144,00		
27.1.1.1	Fornecedores - Inicializado etc	4.308,96	309,99	9.144,00	9.144,00		
27.1.1.1.2000	ESG	4.308,96	309,99	9.144,00	9.144,00		
27.2	Devedores e credores por acordados	26.947,86	27.143,01	76.117,37	92.234,37	10.596,26	27.014,21
27.2.1	Devedores por acordados de rendimento	6.598,51		29.149,20	21.057,54	8.134,66	
27.2.1.1	José Vitorino			2.533,15		2.533,15	
27.2.1.1.1	Juros de renditas (Cargos de BTT 5% - 2013)			2.533,15		2.533,15	
27.2.1.2	Outros Acordados de Renditas	6.598,51		27.656,05	21.057,54	6.598,51	
27.2.1.2.01	Quotas não identificadas em 2016	6.598,51		27.656,05	21.057,54	6.598,51	
27.2.2	Credores por acordados de juros	21.349,35	27.143,01	46.968,17	71.176,82	1.765,20	27.014,21
27.2.2.2	Remanejamentos a liquidar	21.917,92	26.419,24	21.917,92	47.336,17		22.416,25
27.2.2.2.9	Outros Acordados Juros	476,63	1.725,54	24.010,25	21.541,01	1.765,20	1.529,34

Handwritten initials and a signature: "T. C. W." and a signature.

Balancete Analítico - Contabilidade Geral

Código	C/CNTA	Descrição	VALORES MENSIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
			Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Débitos	Créditos
27.2.2.9.0000	Barbosa Almeida (Dif. FN a 31/12/2014)				41,13	41,13		
27.2.2.9.1400	Caixa Das Cartões			550,00	550,00			
27.2.2.9.1500	Cláudio Romagosa			432,00	432,00			
27.2.2.9.1700	Contabilidade		185,50	2.179,17	2.364,67		185,50	
27.2.2.9.2000	Despesas e estudos	129,60	1.260,57	5.955,14	7.095,13		1.139,99	
27.2.2.9.2001	Diversos		4,20		4,20		4,20	
27.2.2.9.2500	Estatística		264,00	213,15	478,00		264,00	
27.2.2.9.2600	EPAL		3,00	81,25	99,51		9,51	
27.2.2.9.3000	Corparativas & Quinas, SPOC, Lda			7.500,00	7.500,00			
27.2.2.9.3700	Governo Ribeiro de Almeida			600,00	600,00			
27.2.2.9.3800	Hercules Gil (Dif.Salário FN em 31/12/2014)			4.372,05	2.576,65	1.795,40		
27.2.2.9.4100	Isabel Rodrigues (Dif.FN a 31/12/2014)			30,44	30,44			
27.2.2.9.4600	José António Covas			600,00	600,00			
27.2.2.9.4700	José António Henrique Martins			600,00	600,00			
27.2.2.9.6100	Fátima Lopes (Dif. FN a 31/12/2014)			37,94	37,94			
27.2.2.9.6500	Fra Costa D. Eça Gomes	301,00		705,00	705,00			
27.7	Quotas sindicais	69,40		69,40	69,40			
27.8	Quotas sindicais a credores	7.030,00	47.117,24	102.117,17	141.000,14	1.645,24	34.717,21	
27.8.4	Reg. BENT de Anos anteriores		34.170,00		34.170,00		34.170,00	
27.8.9	Diretores e Credores Diversos	7.030,00	12.947,24	102.117,17	107.015,14	1.645,24	507,21	
27.8.9.0700	Associação de Fátima Marques - 27.2295039			220,00	220,00			
27.8.9.1200	Carlos Manuel Marques Ribeiro			204,00	204,00			
27.8.9.1500	Caixa Das Cartões (Fundação Fernandes)			600,00	600,00			
27.8.9.1501	Caixa Das Cartões	1.470,00	4.410,00	12.110,00	17.110,00			
27.8.9.1900	CTT - Encargos Pictórico		797,14	10.503,04	9.505,00	594,32		
27.8.9.2200	Despesas do estatístico	100,00		100,00	406,30		306,30	
27.8.9.3700	Governo Ribeiro de Almeida ( Fundo )			600,00	600,00			
27.8.9.3701	Governo Ribeiro de Almeida	1.470,00	1.470,00	12.710,00	19.710,00			
27.8.9.3900	Henrique Lacerda Gó			7.205,65	7.205,65			
27.8.9.4300	João Santos ( Saldo 4461 )			2,25		2,25		
27.8.9.4301	José António Covas ( Fundo Permanente )			600,00	600,00			
27.8.9.4301	José António Covas	1.470,00	4.410,00	23.583,00	20.083,00			
27.8.9.4600	José António Henrique Martins ( Fundo )			600,00	600,00			
27.8.9.4601	José António Henrique Martins ( Saldo 3103 )			100,00		100,00		
27.8.9.4605	José Valentim Pêra			306,00		306,00		
27.8.9.4656	José João Coelho			757,10	757,10			
27.8.9.4700	Jorge Santos ( Saldo 2103 )			25,97		25,97		
27.8.9.5200	Luz Filipe da Silva Quintal			7.350,00	7.350,00			
27.8.9.5400	Maria Adelaide Araújo Almeida			79,32		79,32		
27.8.9.5401	Mariana Lobo Afonso da Cunha	1.200,00	1.200,00	4.600,00	4.600,00			
27.8.9.6400	Fátima Isabel Lopes (FN - Contra)			255,73	255,73			
27.8.9.6500	Fra Costa D'Eça Gomes ( Fundo Permanente )			400,00		400,00		
27.8.9.6501	Fra Costa D'Eça Gomes			6.460,00	6.460,00			
27.8.9.6700	Paula Vinteiro - Apoio Educação			74,97	74,97			
27.8.9.6701	Rafael Loureiro Ferreira			337,50	337,50			
27.8.9.7200	Sicreanetes ( Saldo em 31/12/2014 )	1.320,00	600,00	6.743,40	6.743,40			
27.8.9.9999	Diferenças de contabilização a 31/12/15			172,59	144,50	27,09		
28	Diferenças	34,01		3.754,76	3.720,78	34,01		
28.1	Cartas a receber	34,01		3.754,76	3.720,78	34,01		
28.1.1	Seguros	34,01		34,01	34,01			

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Balancete Analítico - Contabilidade Geral

CONTA		VALORES PERICIAIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
Código	Descrição	Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Débito	Crédito
28.1.9	Outros Contas Correntes			3.720,75	3.720,75		
28.1.2.01	Aplicação Fundo Sincas e Quotização			1.670,25	1.670,25		
28.1.9.02	Assistência Técnica e Manut. Residuo			3.029,50	3.029,50		
41	Investimentos Financeiros	4,16		112,92			112,92
41.9	Outros investimentos financeiros	4,16		112,92			112,92
41.9.3	Outros	4,16		112,92			112,92
41.9.3.4	Fundus - F.C.T.	4,16		112,92			112,92
43	Ativos Não Tangíveis		1.149,64	1.031.789,11	254.822,56	1.016.773,11	250.492,05
43.2	Outros ativos não tangíveis		1.149,64	1.031.789,11	254.822,56	1.016.773,11	250.492,05
43.2.1	Terrenos e reservas naturais			216.625,00		216.625,00	
43.2.1.1	Terrenos e reservas naturais - Mercado n			216.625,00		216.625,00	
43.2.2	Edifícios e outros construídos			559.720,47	44.625,00	541.105,47	
43.2.2.1	Edifícios e outros construídos - Mercado n			559.720,47	44.625,00	541.105,47	
43.2.3	Equipamento básico			3.370,24		3.370,24	
43.2.3.1	Equipamento básico - Mercado nacional			3.370,24		3.370,24	
43.2.5	Equipamento administrativo			230.954,50		230.954,50	
43.2.5.1	Equipamento administrativo - Mercado n			230.954,50		230.954,50	
43.2.7	Outros ativos não tangíveis			4.715,12		4.715,12	
43.2.7.1	Outros ativos não tangíveis - Mercado nacional			4.715,12		4.715,12	
43.3.6	Depreciações acumuladas		1.149,64		250.199,56		250.199,56
43.3.6.1	Edifícios e outros construídos		501,64		139.292,44		139.292,44
43.3.6.3	Equipamento básico		6,66		3.051,14		3.051,14
43.3.6.5	Equipamento administrativo		241,14		107.140,25		107.140,25
43.3.6.7	Outros ativos não tangíveis				4.715,12		4.715,12
44	Ativos Não Intangíveis		129,50	51.262,10	49.917,60	51.262,10	49.917,60
44.2	Outros ativos intangíveis		129,50	51.262,10	49.917,60	51.262,10	49.917,60
44.2.1	Programas de computador			42.657,42		42.657,42	
44.2.1.1	Programas de computador - Mercado nac			42.657,42		42.657,42	
44.2.4	Propriedade Industrial			8.579,76		8.579,76	
44.2.4.1	Propriedade Industrial - Mercado nacional			8.579,76		8.579,76	
44.2.6	Amortizações acumuladas		129,50		49.917,60		49.917,60
44.2.6.1	Programas de computador		129,50		41.236,04		41.236,04
44.2.6.4	Propriedade industrial		0,00		6.579,76		6.579,76
55	Reservas		500,00	11.070,00	1.447.503,82	10.470,00	1.447.303,82
55.2	Outras reservas		500,00	11.070,00	1.447.503,82	10.470,00	1.447.303,82
55.2.2	Reservas Estatutárias		500,00	11.070,00	437.237,26	10.470,00	436.727,26
55.2.2.1	Fundo de greve e solidariedade				436.727,26		436.727,26
55.2.2.2	Síndico/Classe/Fundo Greve e Solidariedade		500,00	11.070,00	669,00	10.470,00	
55.2.2.2-4700	Luizquin Carmelo Rosa				4.370,00		4.370,00
55.2.2.2-6400	Rosa Cláudio Carvalho P. Neves Barros		500,00	6.700,00	669,00	6.400,00	
55.2.9	Fundo de reserva				1.019.596,56		1.019.596,56
56	Respostas Tributárias			54.160,36	107.624,31		53.463,95
56.1	De Exercícios Anteriores			54.160,36	107.624,31		53.463,95

Handwritten signature and initials in the top right corner.

SINDICATO NACIONAL DO ENSINO SUPERIOR, 2016

Conta corrente nº 10732-937  
 Emitido por 6 em 20-03-2017 10:20:57

Balancete Analítico - Contabilidade Geral

Mês: Dezembro

(R\$ mil)

Conta	Descrição	VALORES MENSUAIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
		Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Débitos	Créditos
59	Exercícios/Exercícios anteriores (cont. em p. 1)			152.434,51		152.434,51	
59.1	Respostas decorrentes de diplomas de			152.434,51		152.434,51	
59.1.1	Respostação Extra. (Cont. em p. 1)			66.731,07		66.731,07	
59.1.2	Respostação Extra. (Terminal) Edificios			85.703,44		85.703,44	
62	Fornecedores e serviços externos	44.077,26	541,77	593.575,52	15.703,51	192.207,60	145,35
62.1	Serviços especializados	77.375,06		349.943,19	41.270,71	349.654,87	
62.1.1	Trabalhos especializados	17.970,57		147.622,79	1.200,00	146.462,79	
62.1.1.1	Trabalhos especializados	17.970,57		147.622,79	1.200,00	146.462,79	
62.1.2	Publicidade e propaganda			17.050,55		17.050,55	
62.1.3	Viagens e hospedagem	1.05,11		1.039,78		1.039,78	
62.1.4	Honorários	14.115,03		147.412,12	11.070,00	136.342,12	
62.1.4.1	Honorários de Consultores	14.115,03		147.412,12	11.070,00	136.342,12	
62.1.4.2	Honorários						
62.2	Conservação e reparação			4.719,33		4.719,33	
62.2.6.2	Contev. Rep. Equip. Bm Instal.			28,40		28,40	
62.2.6.2.5	Cons. Rep. Bm Outros (REI)			91,40		91,40	
62.2.6.3	Contev. Manutenção Outros			4.620,93		4.620,93	
62.2.6.2.7	Conservação e reparação			4.620,93		4.620,93	
62.2.7	Serviços bancários	411,2		1.299,52	6,32	1.299,20	
62.3	Materiais	729,19		9.023,46	55,60	8.967,86	
62.3.1	Ferramentas e Materiais de manutenção	15,73		1.221,92		1.221,92	
62.3.2	Unif. e Documentação Técnica			1.666,00		1.666,00	
62.3.3	Materiais de Escritório	724,41		5.935,79		5.935,79	
62.3.4	Artigos para Cofre			50,75		50,75	
62.3.5	Outros			105,00	55,00	105,00	
62.4	Energia e luzes	331,93	119,03	5.989,96	119,03	5.480,63	
62.4.1	Decoradores	741,84	119,03	4.814,48	119,03	4.674,65	
62.4.2	Água	150,21		705,16		705,16	
62.5	Despesas, estados e transportes	6.160,40	421,04	57.210,55	1.597,79	55.712,76	
62.5.1	Despesas e estados	5.562,01	421,04	53.960,05	1.597,79	52.362,26	
62.5.1.1	Despesas Estado do Pessoal	5.562,01	421,04	53.960,05	1.597,79	52.362,26	
62.5.1.1.1	Despesas, estado e transportes	4.447,45	421,04	48.639,62	1.597,79	47.041,83	
62.5.1.1.2	Despesas de Alimentação	197,00		1.347,41		1.347,41	
62.5.1.1.3	Despesas de Alojamento	308,55		2.589,47		2.589,47	
62.5.1.1.4	Despesas Transporte Externas	401,10		401,10		401,10	
62.5.1.1.5	Despesas ao Estrangeiro	7,40		7,40		7,40	
62.5.2	Transportes de pessoal	259,45		3.259,50		3.259,50	
62.5.2.1	Faixas e/ou afretamento	234,45		3.259,50		3.259,50	
62.6	Serviços diversos	1.050,71		115.214,26	1.412,87	113.801,39	145,99
62.6.1	Receitas e alugueres	1.050,17		115.915,51		114.975,51	
62.6.1.1	Receitas e Alugueres	809,00		10.160,00		10.160,00	
62.6.1.4	Aluguer Equipamento	169,17		375,57		375,57	
62.6.2	Conservação	1.491,35		115.214,26	73,21	115.214,26	
62.6.2.1	Cópias	811,24		21.957,59		21.957,59	
62.6.2.2	Telefones/Telex	680,11		11.850,25	73,21	11.767,24	

Encerrado a BALANÇO TOTAL Contab. n. Fed., Ltd.

Página: 6

de  
Y  
de  
10

SINDICATO NACIONAL DO ENSINO SUPERIOR, 2016

Conta Contábil nº 501724937

Emissão por 6 em 30/03/2017 14:35:57

Balancete Analítico - Contabilidade Geral

Mês: Dezembro

(R\$ mil)

Conta	Descrição	VALORES HABILITADOS		VALORES ACUMULADOS		SALDO	
		Débita	Crédita	Débita	Crédita	Devedores	Credores
62.6.3	Seguros			59.261,70	737,78	57.649,50	149,59
62.6.3.06	Seguros-Múltiplos			1.663,59		1.663,59	
62.6.3.08	Seguros-Equip. Estruturais			54,13		54,13	
62.6.3.11	Seguros-Acidentes Pessoais			2.435,20		2.435,20	
62.6.3.12	Seguros-Eletricidade e Outros			57.119,78	592,12	56.526,61	
62.6.3.13	Seguros-Doença-Estado Apesentados				145,33		145,59
62.6.5	Comissões e Notarém			2.941,71	812,59	7.379,71	
62.6.7	Limpeza, Higiene e cafezinho	421,01		3.403,35		3.169,35	
62.6.8	Outros serviços	926,60		1.147,65		1.147,65	
62.6.8.64	Consórcio	926,60		1.147,65		1.147,65	
63	Contas com o pessoal	19.006,27	79.567,44	294.174,09	29.567,44	170.567,05	
63.2	Remunerações do Pessoal	31.790,42	20.550,50	160.104,77	20.550,50	140.448,21	
63.2.1	Remunerações Especiais	31.790,42	20.550,50	160.104,77	20.550,50	140.448,21	
63.2.1.1	Obrigações Administrativas	20.540,00	10.310,28	128.662,01	10.310,28	118.311,73	
63.2.1.3	Ajudas de Custo			400,00		400,00	
63.2.1.4	Subsídio de Férias	10.349,71	10.310,28	20.593,01	10.310,28	10.282,73	
63.2.1.5	Subsídio de Fim de Anál	177,71		3.667,35		3.667,35	
63.2.1.7	Subsídio de Alimentação	726,00		8.479,60		8.479,60	
63.2.1.9	Isento Extraordinário			361,20		361,20	
63.5	Emprest. sobre Remunerações	7.159,03	4.936,03	38.022,28	4.936,03	30.155,40	
63.5.1	Emprest. Administrativos	7.159,03	4.936,03	38.022,28	4.936,03	30.155,40	
63.5.6	F.G.C.T.	0,34		4,03		4,03	
63.6	Seguros de acidentes no trabalho e doen	127,24		1.570,44		1.570,44	
63.6.1	Seg.Acc.Administrativos	127,24		1.570,44		1.570,44	
63.8	Outros gastos com o pessoal			1.405,50		1.405,50	
63.8.4	Formação Profissional			309,00		309,00	
63.8.9	Outros Gastos com o Pessoal			1.105,50		1.105,50	
64	Gastos de depreciação e de amortização	1.279,23		10.359,02		15.350,92	
64.2	Ativos fixos tangíveis	1.149,04		13.795,98		11.795,98	
64.2.2	Amort.PM e Out. Construções	903,04		10.922,11		10.922,11	
64.2.3	Amort.Equipamentos Básicos	6,66		79,91		79,91	
64.2.3.1	Amort.Equipamentos Básicos	6,66		79,91		79,91	
64.2.6	Amort.Equip.Administrativos	241,14		2.693,84		1.893,84	
64.2.6.1	Amort.Mobiliária	241,14		2.693,84		1.893,84	
64.3	Ativos Intangíveis	130,19		1.563,02		1.563,02	
64.3.2	Amort.Direito Investig. e Desenv.	129,26		1.554,69		1.554,69	
64.3.3	Amort.Proj. Intelect. e Out. Int.	0,93		8,33		8,33	
65	Perdas por inadimplência	462,27		462,27		462,27	
65.1	Em dívidas a receber	462,27		462,27		462,27	
65.1.1	Clientes	462,27		462,27		462,27	
66	Outros gastos e perdas	4.654,54		7.159,02		5.159,02	
68.1	Impostos	102,14		315,05		315,05	
68.1.2	Impostos municipais	0,14		19,04		19,04	
68.1.2.3	Imposto de Selo	0,14		19,04		19,04	
68.1.2.3.17	Contribuição Sindical	0,14		19,04		19,04	

*[Handwritten signature]*  
S.V.  
*[Handwritten initials]*

**Balancete Analítico - Contabilidade Geral**

Mês: Dezembro

(R\$ mil)

Código	Descrição	VALORES MENSUAIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	Devedores	Creditores
65.1.2.1.17.3	Op. finanç. pl ou cf. investim.	0,11		19,04		19,04	
65.1.2.2.17.2.4	Outros créditos	0,11		19,04		19,04	
65.1.3	Taxas	302,09		256,01		256,01	
65.2	Outros	4.532,10		4.644,07		4.644,07	
65.2.1	Concessões relativas a períodos anteriores			0,49		0,49	
65.2.3	Quotização	920,03		1.143,93		1.143,93	
65.2.6	Outros não especificados	3.612,07		3.692,45		3.692,45	
65.2.6.3	Multas e Penalidades			42,03		42,03	
65.2.6.5	Inadimplência de entrega de feiras e sub	3.612,07		3.648,57		3.648,57	
65	Gastos e perdas de financiamento			0,11		0,11	
65.1	Juros Suportados			0,11		0,11	
65.1.5	Juros Mora e Compensatórios			0,11		0,11	
72	Produções de serviços	10,72	226.359,73	294,94	637.476,53		637.191,59
72.1	Quotas dos administradores	10,72	226.359,73	294,94	637.476,53		637.191,59
72.1.1	Território Nacional	10,72	226.359,73	294,94	637.476,53		637.191,59
72.1.1.01	Escolas do Distrito de Lutas		71.405,79	248,29	189.646,71		189.398,42
72.1.1.02	Escolas do Distrito do Porto		26.405,40		74.492,49		74.492,49
72.1.1.03	Escolas do Distrito de Coimbra		18.105,14		52.164,83		52.164,83
72.1.1.04	Escolas do Distrito de Aveiro		6.657,10		17.746,87		17.746,87
72.1.1.05	Escolas do Distrito do Algarve		7.351,30		21.032,30		21.032,30
72.1.1.06	Escolas do Distrito de Setúbal		9.079,77		29.117,87		29.117,87
72.1.1.07	Escolas do Distrito de Beja		2.468,70		7.977,07		7.977,07
72.1.1.08	Escolas do Distrito de Castelo Branco		5.457,38		14.320,18		14.320,18
72.1.1.09	Escolas do Distrito de Bragança		4.762,71		14.112,43		14.112,43
72.1.1.10	Escolas do Distrito de Faro		1.451,70		5.342,80		5.342,80
72.1.1.11	Escolas do Distrito de Santarém		4.109,83		13.264,10		13.264,10
72.1.1.12	Escolas do Distrito de Leiria		6.379,71		16.120,30		16.120,30
72.1.1.13	Escolas do Distrito da Guarda		1.235,80		9.141,85		9.141,85
72.1.1.14	Escolas do Distrito de Vila Real		3.212,61		9.040,75		9.040,75
72.1.1.15	Escolas do Distrito de Viana		1.107,87		4.057,71		4.057,71
72.1.1.16	Escolas do Distrito de Vila Rica		0.358,31		23.229,45		23.229,45
72.1.1.17	Escolas do Distrito de Braga		12.489,14		35.797,33		35.797,33
72.1.1.18	Escolas do Distrito de Évora		1.394,85		4.152,43		4.152,43
72.1.1.19	Escolas do Distrito de Beja		5.392,37		19.759,01		19.759,01
72.1.1.20	Escolas do Distrito dos Açores		9.711,26		23.177,33		23.177,33
72.1.1.21	Escolas do Distrito do Madeira		6.253,66		14.534,72		14.534,72
72.1.1.22	Feiras Salão - Apoio Jurídico		520,01		3.083,87		3.083,87
72.1.1.23	Socios Individuais - Quotas	10,72	6.610,32	35,67	33.491,49		33.454,64
72.1.1.24	Socios Individuais Quotas Sup. de Saúde M		71,75		257,10		257,10
72.1.1.25	Quotas não identificadas em 2015		6.538,57		6.234,39		6.234,39
73	Juros, dividendos e outros rendimentos		1.310,40		6.116,46		6.116,46
73.1	Juros Cíveis		1.310,40		6.116,46		6.116,46
73.1.1	De depósitos		656,46		656,46		656,46
73.1.6	Em outros investimentos financeiros		450,00		6.250,00		6.250,00
73.1.6.1	Quotas Juros		450,00		6.250,00		6.250,00
73.1.6.2	Outros Investimentos Financeiros		450,00		6.250,00		6.250,00
61	Resultado líquido do período			54.160,16	54.160,28		

*Handwritten signature and initials*

SINDICATO NACIONAL DO ENSINO SUPERIOR, 2016

Contribuinte nº 50214917

Estabelecido em TD 03/2017 16:28:57

Balancete Analítico - Contabilidade Geral

Mês: Dezembro

(R\$ mil)

Código	CONTA Designação	VALORES PERIÓDICOS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
		Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Débitos	Créditos
01.0	Resultado Líquido			54.160,76	54.160,76		
<b>TOTAL GERAL</b>		575.244,11	575.244,11	4.679.567,09	4.679.567,09	2.736.429,16	2.736.429,16

Exatidão a BALANÇO TOTAL Correl. a FOL. 153.

Fólya: 9

# Balancete de centros de custo

*J. V. C.*  
*18*

SINDICATO NACIONAL DO ENSINO SUPERIOR, 2016

Contribuinte nº 502324937

Emitido por 6 em 10-03-2017 12:48:42

## Balancete de centros de custo - Contabilidade geral

(Mês de Dezembro)

(Euro)

Código	C/ITA Designação	VALORES MENSAIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
		Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Devedores	Credores
1	SEDE E SERVIÇOS	54.464,33	26.109,21	317.053,61	35.470,74	291.582,87	0,00
1.1.1	SEDE E SERVIÇOS	41.990,66	20.067,95	245.703,65	29.374,48	217.329,17	0,00
1.1.1.1.1	SERVIÇOS CENTRAIS	41.990,66	20.067,95	245.703,65	29.374,48	217.329,17	0,00
62	Fornecimento e serviços externos	7.059,91	511,77	81.505,33	9.848,30	72.657,03	
62.2	Serviços especializados	2.599,63		44.141,14	9.233,37	34.907,82	
62.2.1	Trabalhos especializados	2.425,47		21.413,95		23.413,95	
62.2.1.1	Trabalhos especializados	2.425,47		21.413,95		23.413,95	
62.2.2	Publicidade e propaganda			956,94		956,94	
62.2.3	Vigilância e segurança	131,55		1.111,25		1.111,25	
62.2.4	Honorários			12.842,75	9.225,00	3.617,75	
62.2.4.1	Honorários de Colaboradores			12.842,75	9.225,00	3.617,75	
62.2.4.1.2	Honorários			12.842,75	9.225,00	3.617,75	
62.2.6	Conservação e reparação			4.426,85		4.426,85	
62.2.6.2	Conserv.Rep.Equip.Bas.Instal.			90,40		90,40	
62.2.6.2.3	Cons.Rep.Eq.Ba e Outros (REI)			90,40		90,40	
62.2.6.9	Conserv.Reparação Outros			4.426,85		4.426,85	
62.2.6.9.2	Conservação e reparação			4.426,85		4.426,85	
62.2.7	Serviços financeiros	42,60		1.251,00	9,32	1.282,68	
62.3	Alugueres	630,52		8.003,21		8.003,21	
62.3.1	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido			1.100,13		1.100,13	
62.3.2	Livros e Documentação Técnica			1.666,00		1.666,00	
62.3.3	Materiais de Escritório	630,52		5.186,33		5.186,33	
62.3.4	Arquivos para Oferta			60,75		60,75	
62.4	Energia e fluidos	291,02	119,03	3.143,49	119,03	3.033,50	
62.4.1	Electrodotele	240,63	119,03	2.753,03	119,03	2.632,00	
62.4.3	Água	51,39		390,66		390,66	
62.5	Deslocações, estadas e transportes	990,32	421,84	4.013,10	421,84	3.601,24	
62.5.1	Deslocações e estadas	702,67	421,84	1.507,69	421,84	1.085,84	
62.5.1.1	Deslocações Estada do Pessoal	702,67	421,84	1.507,69	421,84	1.085,84	
62.5.1.1.1	Deslocações, estadas e transportes	172,57	421,84	727,16	421,84	305,32	
62.5.1.1.2	Despesas de Alimentação	189,00		379,42		379,42	
62.5.1.1.4	Despesas Transporte Eventuais	401,10		401,10		401,10	
62.5.2	Transportes de pessoal	227,45		2.515,50		2.515,50	
62.5.2.1	Imposto de IVA (Debitivo)	227,45		2.515,50		2.515,50	
62.6	Serviços diversos	2.578,32		22.594,31	73,21	22.521,10	
62.6.2	Comunicação	1.443,43		15.444,99	73,21	15.371,78	
62.6.2.1	Correio	601,94		4.640,00		4.640,00	
62.6.2.2	Telefones/Telem	641,49		10.604,19	73,21	10.530,90	
62.6.3	Seguros			5.088,79		5.088,79	
62.6.3.06	Seguro-Múltiplos			1.663,59		1.663,59	
62.6.3.11	Seguro-Acidentes Pessoais			3.425,20		3.425,20	
62.6.5	Condições e Alojamento			20,91		20,91	
62.6.7	Limpeza, higiene e conforto	228,29		891,07		891,07	
62.6.8	Outros serviços	906,60		1.147,65		1.147,65	
62.6.8.04	Condicionio	906,60		1.147,65		1.147,65	

Licenciado a BALANÇO TOTAL Contab. e Inf., Lda.

Página: 1

Handwritten signature and initials in the top right corner.

**Balancete de centros de custo - Contabilidade geral**  
 (Mês de Dezembro)

(Emoz)

Código	C/C	Designação	VALORES MENSUAIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
			Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Devedores	Credores
61		Gastos com o pessoal	23.456,54	19.526,18	142.266,56	19.526,18	129.040,18	
61.2		Remunerações do Pessoal	23.370,72	19.200,00	122.560,73	19.200,00	103.160,19	
61.2.1		Remunerações Fixas	23.370,72	19.200,00	122.560,73	19.200,00	103.160,19	
61.2.1.1		Contribuições Administrativas	15.140,00	7.630,33	91.967,01	7.630,33	84.336,71	
61.2.1.4		Subsídios de Férias	7.630,46	7.630,33	15.849,03	7.630,33	7.418,65	
61.2.1.5		Subsídios de Natal	0,00		7.303,59		7.303,59	
61.2.1.7		Subsídios de Alimentação	527,00		5.607,00		5.607,00	
61.2.1.8		Horas Extras/Ordinárias			261,00		361,50	
61.5		Energias e outros remuneráveis	5.907,03	4.265,82	23.974,73	4.265,82	21.611,11	
61.5.1		Energias Administrativas	5.907,03	4.265,82	23.974,73	4.265,82	21.607,00	
61.5.4		F.G.C.T.	0,34		4,00		4,03	
61.6		Seguros de acidentes no trabalho e doenças	127,84		393,40		393,40	
61.6.1		Seg. Acid. Administrativos	127,84		393,40		393,40	
61.9		Outros gastos com o pessoal			1.135,50		1.135,50	
61.9.9		Outros Custos com o Pessoal			1.135,50		1.135,50	
64		Gastos de manutenção e de amortização	940,97		11.290,33		11.290,30	
64.2		Ativos não tangíveis	611,28		9.235,16		9.235,16	
64.2.2		Amort. Edif. e Constr. Imóveis	673,72		8.144,54		8.144,54	
64.2.3		Amort. Equipamento Móvel	0,41		4,92		4,92	
64.2.3.1		Amort. Equipamento Básica	0,41		4,92		4,92	
64.2.6		Amort. Equip. Administrativo	132,15		1.585,80		1.585,80	
64.2.6.1		Amort. Mobiliário	132,15		1.585,80		1.585,80	
64.3		Ativos Intangíveis	329,69		1.955,07		1.955,07	
64.3.1		Amort. Despes. Invest. e Desenv.	129,06		1.154,69		1.154,69	
64.3.3		Amort. Prop. Ind. Int. e Out. Dir.	0,93		0,33		0,33	
68		Outros gastos e perdas	4.522,04		4.941,08		4.941,08	
68.1		Impostos	0,14		96,71		96,71	
68.1.2		Impostos Indirectos	0,14		18,76		18,76	
68.1.2.1		Invenção de Selo	0,14		18,76		18,76	
68.1.2.1.17		Operações Financeiras	0,14		18,76		18,76	
68.1.2.1.17.2		Op. restr. (p/ ou) external.	0,14		18,76		18,76	
68.1.2.3.17.2.4		Outras concessões	0,14		18,76		18,76	
68.1.3		Taxes			77,95		77,95	
68.8		Outros	4.521,90		4.844,37		4.844,37	
68.8.1		Condições relativas a períodos anteriores			8,43		8,43	
68.8.3		Quotações	220,25		1.143,21		1.143,21	
68.8.6		Outros não especificados	3.049,52		3.692,45		3.692,45	
68.8.6.3		Multas e Penalidades			42,03		42,03	
68.8.8.5		Intenução de estimativa de férias e quinquénios	3.649,51		3.649,51		3.649,51	
1.12		<b>DELEGAÇÕES</b>	32.377,01	6.041,26	78.914,60	6.150,76	73.613,77	0,00
1.12.121		<b>DELEGAÇÃO DO PRÉFEO</b>	6.531,44	3.620,63	43.183,10	3.839,63	40.163,67	0,00
62		Fornecimentos e serviços externos	1.694,37		15.293,05		15.293,05	
62.2		Serviços terceirizados	31,00		539,24		539,24	
62.2.1		Trabalhos especializados			36,50		36,50	
62.2.1.1		Trabalhos especializados			36,50		36,50	

## Balancete de centros de custo - Contabilidade geral

(Mês de Dezembro)

( Euros )

Código	CONTA		VALORES MENSUAIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
	Designação		Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Devedores	Credores
02.2.3	Vigilância e segurança		31,93		467,31		467,31	
02.2.6	Conservação e reparação				35,13		35,13	
02.2.6.9	Conservação Reparação Outros				35,13		35,13	
02.2.6.9.2	Conservação e reparação				35,13		35,13	
02.2	Materiais		143,91		501,69		501,69	
02.2.1	Ferramentas e utensílios de trabalho				15,09		15,09	
02.2.3	Material de Escritório		143,91		486,60		486,60	
02.4	Energia e fluidos		504,02		1.336,12		1.636,12	
02.4.1	Electricidade		463,25		1.681,02		1.681,02	
02.4.3	Água		36,26		235,10		235,10	
02.5	Deslocações, estadas e transportes		30,00		550,83		550,83	
02.5.1	Deslocações e estadas				226,82		226,82	
02.5.1.1	Deslocações Estadas do Festival				226,82		226,82	
02.5.1.1.1	Deslocações, estadas e transportes				177,03		177,03	
02.5.1.1.2	Despesas de Alimentação				49,79		49,79	
02.5.2	Transportes de pessoal		30,00		324,00		324,00	
02.5.2.1	Passos (TVA e Desatável)		30,00		324,00		324,00	
02.6	Serviços diversos		917,80		11.925,11		11.925,11	
02.6.1	Rendas e alugueres		630,00		10.860,00		10.860,00	
02.6.1.1	Rendas e Alugueres		630,00		10.860,00		10.860,00	
02.6.2	Comunicação		9,00		620,51		620,51	
02.6.2.1	Correio		9,00		129,20		129,20	
02.6.2.2	Telefones/Telen				491,31		491,31	
02.6.7	Limpeza, higiene e conforto		48,80		736,59		736,59	
03	Gastos com o pessoal		4.913,69	3.020,63	21.674,69	3.020,63	21.674,69	
03.1	Remunerações em Espécie		4.261,10	2.720,00	22.797,57	2.720,00	22.797,57	
03.1.1	Remunerações Especiais		4.261,10	2.720,00	22.797,57	2.720,00	22.797,57	
03.1.1.1	Salários Administrativos		2.700,00	1.350,00	17.350,00	1.350,00	17.350,00	
03.1.1.2	Ajuda de Custo				160,00		160,00	
03.1.1.4	Subsídio de Férias		1.494,75	1.350,00	2.652,05	1.350,00	1.502,05	
03.1.1.5	Subsídio de Natal		56,75		1.177,00		1.177,00	
03.1.1.7	Subsídio de Alimentação		66,80		1.310,00		1.310,00	
03.2	Extensões sobre Remunerações		652,59	320,63	4.188,20	320,63	4.267,57	
03.2.1	Extensões Administrativas		652,59	320,63	4.188,20	320,63	4.267,57	
03.6	Seguros de acidentes no trabalho e doenças				203,57		203,57	
03.6.1	Seg. Acid. Administrativas				203,57		203,57	
04	Gastos de Depreciação e de amortização		12,45		161,43		161,43	
04.2	Activos fixos tangíveis		12,45		161,43		161,43	
04.2.1	Amort. Equipamentos Básico		6,23		75,71		75,71	
04.2.1.1	Amort. Equipamento Básico		6,23		75,71		75,71	
04.2.6	Amort. Equip. Administrativo		7,20		81,40		81,40	
04.2.6.1	Amort. Mobiliário		7,20		81,40		81,40	
1.12.1.22	<b>DELIÇÃO DE COIMBRA</b>		5.076,17	3.020,63	26.725,17	3.020,63	26.649,85	0,00
02	Fornecimento de serviços e custos		811,44		5.511,61	55,00	5.456,61	
02.2	Serviços especializados		274,81		1.220,60		1.220,60	
02.2.1	Taxas e impostos especiais		239,69		210,11		210,11	

Licenciado a BALANÇO TOTAL Contab. e Inf., Lda.

Página: 3

## Balancete de centros de custo - Contabilidade geral

(Há de Dezembro)

(Euro)

Código	CONTA Designação	VALORES MENSUAIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
		Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Devedores	Credores
61.2.1.1	Trabalhos especializados	239,85		326,91		326,91	
61.2.2	Vigilância e segurança	34,58		311,22		311,22	
61.2.4	Honorários			471,71		471,71	
61.2.4.1	Honorários de Consultores			471,71		471,71	
61.2.4.1.2	Honorários			471,71		471,71	
61.2.6	Conservação e reparação			150,95		150,95	
61.2.6.9	Conserv.Reparação Outros			150,95		150,95	
61.2.6.9.2	Conservação e reparação			150,95		150,95	
61.2.7	Serviços Bancários			0,50		0,50	
61.3	Matérias	15,75		211,62	53,50	275,87	
61.3.1	Feramentas e utensílios de despesa ligada	15,75		165,70		165,70	
61.3.2	Material de Escritório			120,22		120,22	
61.3.3	Outros			165,69	33,50	200,00	
61.4	Energia e fluidos	55,75		620,35		620,35	
61.4.1	Electricidade	11,00		460,60		460,60	
61.4.3	Água	61,25		159,72		159,72	
61.5	Deslocações, viagens e transportes	42,40		468,53		468,53	
61.5.1	Deslocações e estadas	7,40		28,53		28,53	
61.5.1.1	Deslocações Estada do Festival	7,40		28,53		28,53	
61.5.1.1.1	Deslocações, estadas e transportes			21,13		21,13	
61.5.1.1.3	Deslocações no Estrangeiro	7,40		7,40		7,40	
61.5.2	Transportes de pessoal	35,00		439,99		439,99	
61.5.2.1	Passos (TVA e Transportes)	35,00		439,99		439,99	
61.6	Serviços diversos	383,61		2.040,14		2.840,14	
61.6.1	Aluguer e alojamentos	199,17		375,51		375,51	
61.6.1.4	Aluguer Equipamentos	199,17		375,51		375,51	
61.6.3	Comunicação	34,72		673,70		673,70	
61.6.3.1	Correio			12,52		12,52	
61.6.3.2	Telefones/Telex	34,72		661,18		661,18	
61.6.3	Serviços			54,13		54,13	
61.6.3.3	Serviço Duplic. Electrónica			54,13		54,13	
61.6.5	Comissões e Honorários			250,00		250,00	
61.6.7	Limpeza, fujaria e conforto	155,72		1.409,89		1.409,89	
61	Gastos com o pessoal	4.776,00	1.020,53	27.613,94	3.020,53	24.613,31	
61.2	Remunerações do Pessoal	4.148,50	2.760,00	22.748,07	2.760,00	20.048,07	
61.2.1	Remunerações Escalão	4.148,50	2.760,00	22.748,07	2.760,00	20.048,07	
61.2.1.1	Ordenados Administrativos	2.760,00	1.350,00	17.350,00	1.160,00	16.250,00	
61.2.1.4	Subsídio de Férias	1.350,00	1.350,00	2.760,00	1.350,00	1.350,00	
61.2.1.5	Subsídio de Natal			1.146,27		1.146,27	
61.2.1.7	Subsídio de Alimentação	54,00		1.291,60		1.291,60	
61.5	Encargos sobre remunerações	627,40	320,61	4.597,35	320,61	4.276,72	
61.5.1	Encargos Administrativos	627,40	320,61	4.597,35	320,61	4.276,72	
61.6	Contribuições de descontos em trabalho e férias			269,52		269,52	
61.6.1	Seg. Acad. Administrativa			269,52		269,52	
61	Valores de depreciação e de amortização	254,65		3.463,83		3.463,83	
61.2	Ativos fixos tangíveis	254,65		3.463,83		3.463,83	

Lecionada a BALANÇO TOTAL Contab. e Inf., Lda.

Página: 4

## Balancete de centros de custo - Contabilidade geral

(F63 de Encargos)

(R\$ em)

Código	CONTA Designação	VALORES MENSAIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
		Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Devedores	Credores
44.2	Amort. Cost. e Gest. Contribuições	723,12		2.677,47		2.677,47	
64.2.6	Amort. Equip. Administrativa	65,53		769,36		769,36	
64.2.6.1	Amort. Mobiliário	65,53		769,36		769,36	
68	Charges system e perdas			116,60		116,60	
68.1	Impostos			116,60		116,60	
68.1.2	Impostos indiretos:			0,02		0,02	
68.1.2.1	Imposto de Selo			0,02		0,02	
68.1.2.3.17	Operações Financeiras			0,02		0,02	
68.1.2.3.17.2	Op. restr. p/ ou c/ Internet			0,02		0,02	
68.1.2.3.17.2.1	Diárias em viagens			0,02		0,02	
68.1.3	Títulos			116,58		116,58	
1.13	<b>CENTRO DOCUMENTAÇÃO</b>	36,26	0,00	435,28	0,00	435,28	0,00
1.13.130	<b>CENTRO DOCUMENTAÇÃO</b>	36,26	0,00	435,28	0,00	435,28	0,00
64	Gastos de depreciação e de amortização	36,26		435,28		435,28	
64.2	Ativos fixos tangíveis	36,26		435,28		435,28	
64.2.6	Amort. Equip. Administrativa	36,26		435,28		435,28	
64.2.6.1	Amort. Mobiliário	36,26		435,28		435,28	
2	<b>ORÇÃO NACIONAL</b>	4.750,73	0,00	62.143,83	1.635,45	51.003,25	0,00
2.21	<b>ASSEMBLEIA GERAL</b>	107,54	0,00	17.439,27	0,00	17.439,27	0,00
2.21.210	<b>ASSEMBLEIA GERAL</b>	107,54	0,00	17.439,27	0,00	17.439,27	0,00
62	Prestações e serviços externos	107,54		17.439,27		17.439,27	
62.2	Serviços especializados			1.046,10		1.046,10	
62.2.1	Fidelidade e pontualidade			393,00		393,00	
62.2.1	Honorários			652,93		652,93	
62.2.4.1	Honorários de Colaboradores			674,59		674,59	
62.2.4.1.2	Honorários			674,59		674,59	
67.3	Materiais			191,64		191,64	
62.2.5	Materiais de Escritório			191,64		191,64	
62.5	Despesas, custos e transportes	107,54		1.304,46		1.304,46	
62.5.1	Despesas e custos	107,54		1.304,46		1.304,46	
62.5.1.1	Despesas Estado do Paraná	107,54		1.304,46		1.304,46	
62.5.1.1.1	Despesas, custos e transportes	107,54		1.304,46		1.304,46	
62.6	Serviços diversos			14.095,07		14.095,07	
62.6.2	Comunicação			12.440,07		12.440,07	
62.6.2.1	Correio			12.440,07		12.440,07	
62.6.5	Conferência e Notarato			2.145,00		2.145,00	
2.22	<b>CONSELHO NACIONAL</b>	1.267,77	0,00	14.903,49	1.635,45	13.015,15	0,00
2.22.220	<b>CONSELHO NACIONAL</b>	1.267,77	0,00	14.903,49	1.635,45	13.015,15	0,00
67	Prestações e serviços externos	1.267,77		14.903,49	1.635,45	13.015,15	
67.2	Serviços especializados			1,50		1,50	
67.2.2	Serviços Bancários			1,50		1,50	
67.5	Despesas, custos e transportes	1.267,77		14.803,99	1.635,45	13.723,44	
67.5.1	Despesas e custos	1.267,77		14.803,99	1.635,45	13.723,44	
67.5.1.1	Despesas Estado do Paraná	1.267,77		14.803,99	1.635,45	13.723,44	
67.5.1.1.1	Despesas, custos e transportes	648,12		13.419,72	1.635,45	12.314,77	

Uso exclusivo a BALANÇO TOTAL Contábil e Inf., Ltda.

Página: 5

## Balancete de centros de custo - Contabilidade geral

(Mês de Dezembro)

( Euros )

Código	C/C/TA Designação	VALORES MENSAIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
		Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Devedores	Credores
62.5.1.1.2	Despesas de Alimentação			161,70		161,70	
62.5.1.1.3	Despesas de Alojamento	622,69		1.257,47		1.257,47	
62.6	Serviços diversos			50,15		50,15	
62.6.1	Comunicação			50,15		50,15	
62.6.2.2	Telefones/Telers			50,15		50,15	
68	Outros ganhos e perdas			0,65		0,65	
68.1	Impostos			0,18		0,18	
68.1.2	Impostos indirectos			0,16		0,16	
68.1.2.3	Imposto de Selo			0,16		0,16	
68.1.2.3.17	Operações Financeiras			0,05		0,05	
68.1.2.3.17.2	Op. result. n/ ou c/ internet			0,05		0,05	
68.1.2.3.17.2.4	Outras comissões			0,05		0,05	
<b>2.23</b>	<b>DIRECÇÃO</b>	<b>2.771,66</b>	<b>0,00</b>	<b>27.841,22</b>	<b>0,00</b>	<b>27.841,22</b>	<b>0,00</b>
<b>2.23.230</b>	<b>DIRECÇÃO</b>	<b>2.771,66</b>	<b>0,00</b>	<b>27.841,22</b>	<b>0,00</b>	<b>27.841,22</b>	<b>0,00</b>
62	Fornecimentos e serviços essenciais	2.771,66		27.841,22		27.841,22	
62.2	Serviços especializados			2,50		2,50	
62.2.2	Serviços Diversos			2,50		2,50	
62.5	Deslocações, estadas e transportes	2.771,66		27.841,22		27.841,22	
62.5.1	Deslocações e estadas	2.771,66		27.841,22		27.841,22	
62.5.1.1	Deslocações Estada do Pessoal	2.771,66		27.841,22		27.841,22	
62.5.1.1.1	Deslocações, estadas e transportes	2.771,66		27.841,22		27.841,22	
62.5.1.1.2	Despesas de Alimentação			762,60		762,60	
62.5.1.1.3	Despesas de Alojamento	130,00		1.281,60		1.281,60	
68	Outros ganhos e perdas			0,10		0,10	
68.1	Impostos			0,10		0,10	
68.1.2	Impostos indirectos			0,10		0,10	
68.1.2.3	Imposto de Selo			0,10		0,10	
68.1.2.3.17	Operações Financeiras			0,10		0,10	
68.1.2.3.17.2	Op. result. n/ ou c/ internet			0,10		0,10	
68.1.2.3.17.2.4	Outras comissões			0,10		0,10	
<b>2.24</b>	<b>COMP.FISC.DISCPLINA</b>	<b>103,31</b>	<b>0,00</b>	<b>1.973,81</b>	<b>0,00</b>	<b>1.973,81</b>	<b>0,00</b>
<b>2.24.340</b>	<b>COMP.FISC.DISCPLINA</b>	<b>103,31</b>	<b>0,00</b>	<b>1.973,81</b>	<b>0,00</b>	<b>1.973,81</b>	<b>0,00</b>
62	Fornecimentos e serviços essenciais	103,31		1.973,81		1.973,81	
62.5	Deslocações, estadas e transportes	103,31		1.973,81		1.973,81	
62.5.1	Deslocações e estadas	103,31		1.973,81		1.973,81	
62.5.1.1	Deslocações Estada do Pessoal	103,31		1.973,81		1.973,81	
62.5.1.1.1	Deslocações, estadas e transportes	103,31		1.973,81		1.973,81	
<b>3</b>	<b>COMUNICAÇÃO E IMAGEM</b>	<b>2.726,52</b>	<b>0,00</b>	<b>22.952,16</b>	<b>0,00</b>	<b>22.952,16</b>	<b>0,00</b>
<b>3.31</b>	<b>REVISTA</b>	<b>1.202,00</b>	<b>0,00</b>	<b>22.952,16</b>	<b>0,00</b>	<b>22.952,16</b>	<b>0,00</b>
<b>3.31.310</b>	<b>REVISTA</b>	<b>1.202,00</b>	<b>0,00</b>	<b>22.952,16</b>	<b>0,00</b>	<b>22.952,16</b>	<b>0,00</b>
62	Fornecimentos e serviços essenciais	1.202,00		22.952,16		22.952,16	
62.2	Serviços especializados	1.202,00		22.952,16		22.952,16	
62.2.1	Trabalhos especializados			8.331,05		8.331,05	
62.2.1.1	Trabalhos especializados			8.331,05		8.331,05	
62.2.2	Publicidade e propaganda			14.621,11		14.621,11	

Utilizado a BALANÇO TOTAL Contab. e Inf., Ltd.

Página: 6

## Balancete de centros de custo - Contabilidade geral

(Mês de Dezembro)

( Euros )

Código	CONTA Designação	VALORES MENSAIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
		Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Devedores	Creditos
62.2.4	Honorários	1.223,00	0,00	3.414,00	0,00	3.414,00	0,00
62.2.4.1	Honorários de Colaboradores	1.223,00	0,00	3.414,00	0,00	3.414,00	0,00
62.2.4.1.2	Honorários	1.203,00	0,00	3.414,00	0,00	3.414,00	0,00
62.6	Serviços diversos	0,00	0,00	4.535,00	0,00	4.535,00	0,00
62.6.2	Comunicação	0,00	0,00	4.535,00	0,00	4.535,00	0,00
62.6.2.1	Cópias	0,00	0,00	4.535,00	0,00	4.535,00	0,00
68	Outros gastos e perdas	102,00	0,00	102,00	0,00	102,00	0,00
68.1	Impostos	102,00	0,00	102,00	0,00	102,00	0,00
68.1.3	Taxas	102,00	0,00	102,00	0,00	102,00	0,00
<b>3.33</b>	<b>SERVICO APOIO (IPSEIS)</b>	<b>1.476,52</b>	<b>0,00</b>	<b>19.746,52</b>	<b>0,00</b>	<b>19.746,52</b>	<b>0,00</b>
<b>3.33.330</b>	<b>SERVICO APOIO (IPSEIS)</b>	<b>1.476,52</b>	<b>0,00</b>	<b>19.746,52</b>	<b>0,00</b>	<b>19.746,52</b>	<b>0,00</b>
62	Fornecimentos e serviços externos	1.476,52	0,00	19.746,52	0,00	19.746,52	0,00
62.2	Serviços especializados	1.476,52	0,00	19.746,52	0,00	19.746,52	0,00
62.2.1	Trabalhos especializados	1.476,52	0,00	15.744,00	0,00	15.744,00	0,00
62.2.1.1	Trabalhos especializados	1.476,52	0,00	15.744,00	0,00	15.744,00	0,00
62.2.4	Honorários	0,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00
62.2.4.1	Honorários de Colaboradores	0,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00
62.2.4.1.2	Honorários	0,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00
62.2.7	Serviços Bancários	0,52	0,00	2,52	0,00	2,52	0,00
68	Outros gastos e perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68.1	Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68.1.2	Impostos indirectos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68.1.2.3	Imposto de Selo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68.1.2.3.17	Operações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68.1.2.3.17.1	Comissão sobre o valor de alienação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68.1.2.3.17.2.1	Comissão sobre o valor de alienação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>4</b>	<b>APOIO A SÓCIOS</b>	<b>27.524,19</b>	<b>0,00</b>	<b>292.780,48</b>	<b>4.174,78</b>	<b>216.531,21</b>	<b>145,59</b>
<b>4.41</b>	<b>APOIO JURIDICO</b>	<b>27.524,19</b>	<b>0,00</b>	<b>237.661,70</b>	<b>3.704,54</b>	<b>214.051,70</b>	<b>47,64</b>
<b>4.41.410</b>	<b>APOIO JURIDICO</b>	<b>27.524,19</b>	<b>0,00</b>	<b>237.661,70</b>	<b>3.704,54</b>	<b>214.051,70</b>	<b>47,64</b>
62	Fornecimentos e serviços externos	27.524,19	0,00	237.661,70	3.704,54	214.051,70	47,64
62.2	Serviços especializados	26.727,50	0,00	229.809,21	3.043,00	212.429,21	0,00
62.2.1	Trabalhos especializados	13.637,50	0,00	99.838,56	1.200,00	98.439,56	0,00
62.2.1.1	Trabalhos especializados	13.637,50	0,00	99.838,56	1.200,00	98.439,56	0,00
62.2.4	Honorários	13.090,00	0,00	126.031,16	1.843,00	124.188,16	0,00
62.2.4.1	Honorários de Colaboradores	12.915,00	0,00	126.031,16	1.843,00	124.188,16	0,00
62.2.4.1.2	Honorários	12.915,00	0,00	126.031,16	1.843,00	124.188,16	0,00
62.2.7	Serviços Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62.5	Deslocações, estadas e transportes	841,69	0,00	6.205,64	0,00	6.205,64	0,00
62.5.1	Deslocações e estadas	841,69	0,00	6.205,64	0,00	6.205,64	0,00
62.5.1.1	Deslocações Estadas do Festival	841,69	0,00	6.205,64	0,00	6.205,64	0,00
62.5.1.1.1	Deslocações, estadas e transportes	841,69	0,00	6.205,64	0,00	6.205,64	0,00
62.6	Serviços diversos	0,00	0,00	5.212,40	657,64	4.610,80	47,64
62.6.3	Seguros	0,00	0,00	0,00	47,64	0,00	47,64
62.6.3.13	Seguro Doença - Sócios Aparentados	0,00	0,00	0,00	47,64	0,00	47,64
62.6.5	Cartões de crédito e débito	0,00	0,00	5.212,40	612,00	4.516,80	0,00

Licenciado a BA ANÇO TOTAL Contab. e Inf., Lda

Página: 7

## Balancete de centros de custo - Contabilidade geral

(Mês de Dezembro)

( Euros)

Código	CONTA Designação	VALORES MENSAIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
		Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Devedores	Credores
63	Gastos com o pessoal			329,00		329,00	
63.3	Outros gastos com o pessoal			329,00		329,00	
63.4.4	Formação Profissional			329,00		329,00	
68	Outros gastos e perdas			0,02		0,02	
68.1	Impostos			0,02		0,02	
68.1.2	Impostos indirectos			0,02		0,02	
68.1.2.3	Imposto de Selo			0,02		0,02	
68.1.2.3.17	Operações Financeiras			0,02		0,02	
68.1.2.3.17.1	Op. result. 12/19 e 12/19			0,02		0,02	
68.1.2.3.17.1.4	Outros comissões			0,02		0,02	
4.42	<b>SEGURO SAUDE</b>	0,00	0,00	53.110,70	590,12	53.526,61	97,95
4.42.420	<b>SEGURO SAUDE</b>	0,00	0,00	53.110,70	590,12	53.526,61	97,95
62	Fornecimentos e serviços externos			53.110,70	590,12	53.526,61	97,95
62.6	Serviços diversos			53.110,70	670,12	53.526,61	97,95
62.6.3	Seguros			53.110,70	690,12	53.526,61	97,95
62.6.3.12	Seguro Directo - Sólido no Ativo			53.110,70	590,12	53.526,61	
62.6.3.13	Seguro Directo - Sólido Aportado				90,00		97,95
<b>TOTAL GERAL:</b>		<b>59.167,42</b>	<b>26.185,21</b>	<b>712.691,35</b>	<b>48.758,95</b>	<b>591.895,99</b>	<b>145,53</b>

Feito pela IBAI ANEXO TOTAL Contab. e Inf., Lda.

Página: 9